

**ATOS ILÍCITOS**

**ASPECTOS GERAIS**

- É um fato jurídico, mas não um ato jurídico.
- Relacionado à responsabilidade civil extracontratual (Ou equilíbrio)
- O abuso de direito também.

ATO ILÍCITO	ABUSO DE DIREITO
<ul style="list-style-type: none"><li>• O agente, por neglégncia ou imperícia, pratica ato <b>contra o direito</b>, com ou sem a intenção manifesta de prejudicar, mas ocasiona prejuízo a outrem.</li><li>• Ainda que exclusivamente moral (viola direito e causa dano)</li><li>• Surge a <b>responsabilidade civil</b>: De reparação do dano (E não de "punir" o agente)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Quando o titular do direito excede manifestamente os limites impostos por:<ul style="list-style-type: none"><li>• Seu fim econômico/social</li><li>• Boa-fé</li><li>• Bons costumes</li></ul></li><li>• O <b>objeto</b> do ato jurídico é <b>ílico</b>, mas perde sua licitude na execução.</li><li>• A <b>responsabilidade</b> é objetiva (independe de culpa)</li><li>• Critério objetivo-finalístico</li></ul>

**DIREITO CIVIL**  
MAPAS MENTAIS PARA CONCURSOS PÚBLICOS

# Seja muito bem-vindo!

Obrigada por adquirir os Mapas da Lulu 3.0! Tenho certeza de que esse material fará toda a diferença em seus estudos e será um atalho para a sua tão sonhada aprovação!

Para quem ainda não me conhece, meu nome é Laura Amorim (@lulu.concurseira), tenho 28 anos, e, após pouco mais de um ano e meio de estudos, fui aprovada em quatro concursos públicos: Auditor Fiscal do Estado de Santa Catarina (7º lugar), Auditor Fiscal do Estado de Goiás (23º lugar), Consultor Legislativo (4º lugar) e Agente da Polícia Federal (primeira fase), tendo superado uma concorrência de mais de mil candidatos por vaga!

Aprendi que a revisão, muitas vezes ignorada, é a parte mais importante (e essencial!) do aprendizado! Após testar vários métodos, percebi que os meus mapas mentais são, com toda certeza, os melhores instrumentos de estudo e revisão. Ao longo da minha preparação, fiz e utilizei mais de 700 mapas mentais, desenvolvendo e aperfeiçoando um método próprio de sua construção até chegar aos Mapas da Lulu 3.0, aos quais você terá acesso a partir de agora:

Os Mapas da Lulu 3.0 visam, sobretudo, otimizar suas revisões e aumentar seu número de acertos de questões, te ajudando a chegar mais rápido à aprovação! Após resolver mais de 14.700 questões de concursos públicos nos últimos dois anos, percebi quais são os assuntos mais cobrados pelas bancas e suas principais pegadinhas, e todo esse conhecimento foi incorporado em meus mapas para que você, que confia no meu trabalho, possa sair na frente dos seus concorrentes!

Ah, e se você não quiser perder minhas dicas de estudos e motivação diárias, inscreva-se no meu canal do Youtube: Lulu Concurseira e no meu Instagram: @lulu.concurseira. Já somos uma comunidade de mais de 220 mil concurseiros em busca do mesmo sonho: a aprovação!



Um beijo,  
Laura Amorim  
@laura.amorimc



# PIRATARIA É CRIME

## ATENÇÃO:

Este produto é para uso pessoal. Não compartilhe o seu material.

Pessoal, os Mapas da lulu são resultado de mais de dois anos de dedicação aos estudos. Ainda hoje, reservo boa parte do meu dia para produzir conteúdo, responder dúvidas, aconselhar e dar dicas sobre concursos públicos gratuitamente por meio dos meus perfis no Instagram (@laura.amorimc e @mapasdalu) e no Youtube (Laura Amorim).

Nunca tive a pretensão de ganhar muito dinheiro com a venda desse material, até mesmo porque prestei concurso público para, dentre outros motivos, alcançar a estabilidade e segurança financeira que queria.

Mas preciso cobrir meus custos com site, servidores, distribuição, design e também minhas horas de trabalho empregadas, debruçada sobre a escrivaninha, dores nas costas, cansaço físico e mental.

São mais de 1.600 Mapas Mentais, com tempo médio de uma hora e meia para elaboração de cada um deles. Recebo menos de 50 centavos por hora trabalhada, para poder contribuir para sua aprovação.

Em razão disso, já agradecida pelo carinho e compreensão de todos, peço que **NÃO COMPARTILHE O MATERIAL** por nenhum meio (sites, e-mail, grupos de WhatsApp ou Facebook...). Se você vir qualquer compartilhamento suspeito, peço que denuncie essa fonte ilegal, por favor e também me envie no contato@mapasdalu.com.br. **Pirataria é crime** e pode resultar penas de até **QUATRO** anos de prisão, além de multa (art. 184, CP).

O compartilhamento do material pelo aluno importará em seu bloqueio imediato.

Agradeço a todos pelo enorme carinho e respeito. Espero que aproveitem muito os Mapas da lulu.

Um beijo,  
Laura Amorim

# **ÍNDICE**

---

## **1. DIREITO CIVIL**

1.1 LINDB - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	05
1.2 Pessoa Natural	13
1.3 Domicílio	20
1.4 Pessoa Jurídica	21
1.5 Bens	27
1.6 Atos, Fatos e Negócios Jurídicos	33
1.7 Decadência e Prescrição	44
1.8 Atos Ilícitos e Responsabilidade Civil	48
1.9 Obrigações	54
1.10 Contratos	62
1.11 Direitos Reais	74
1.12 Direitos de Família	81
1.13 Direito das Sucessões	90

## ASPECTOS GERAIS

= Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro

- Dispositivo **autônomo** → não faz parte do Código Civil
- Disciplina vários ramos do Direito
- Disciplina
  - Princípios
  - Aplicação
  - Vigência
  - Interpretação
  - Integração

## FONTES DO DIREITO

= Formas pelas quais o Direito se manifesta

### CLASSIFICAÇÕES

- Diretas/imediatas = {Leis  
Costumes}
- Indiretas/mediatas = {Doutrina  
Jurisprudência}
- Materiais = Fatos sociais
- Formais = {Lei  
Analogia  
Costumes  
Princípios Gerais do Direito}

## LINDB



## LEIS

= Norma comum e obrigatória proveniente do poder competente promovida de sanção

→ Fonte primordial do Direito

## CARACTERÍSTICAS

- Generalidade
- Imperatividade
- Autorizamento
- Permanência (Não se exaure com uma aplicação)
- Competência (Para valer contra todos, deve emanar da autoridade competente)

## ASPECTOS GERAIS

- = Ter **força obrigatória**/executoriedade  
(a lei já pode produzir efeitos)
- Prazos para entrada em vigor são contados a partir de sua **publicação**.  
(não é da promulgação!)
- A **própria lei** poderá prever a data para entrada em vigor. (<sup>Inclusive no próprio dia</sup>  
<sup>de sua publicação</sup>)  
↳ se não, aplica-se a **regra geral**.

**Promulgação** = nascimento da lei em sentido amplo (atesta a existência da lei)

**Publicação** = exigência necessária para sua entrada em vigor (dá ciência a todos)

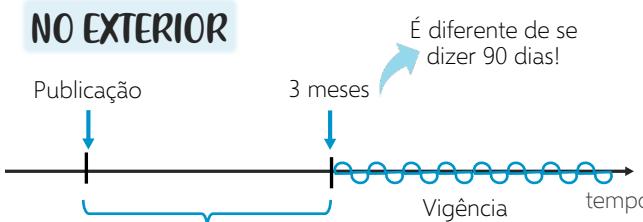
↳ "Ninguém pode se escusar de cumprir a lei alegando que não a conhece"

## REGRA GERAL (PREVISTA NA LINDB)

**NO BRASIL** ("Em todo o território nacional")



## NO EXTERIOR



## MODIFICAÇÕES DE LEI JÁ PUBLICADA

- **Durante** a *vacatio legis*.
  - O prazo **recomeça** a ser contado dessa nova publicação. (Para correção)  
(É a mesma lei)
- Se a **repúblicação** for **parcial**, o prazo recomeça **apenas** para os dispositivos que foram republicados.
- **Após** a *vacatio legis*. (Já em vigor)
  - "As correções a texto de lei já em vigor, **considera-se lei nova**."

## LINDB = VIGÊNCIA =

## CONTAGEM DO PERÍODO DE VACÂNCIA

- Entram o **primeiro** (dia da publicação) e **último dia**  
↳ A lei entra em vigor no **dia seguinte**



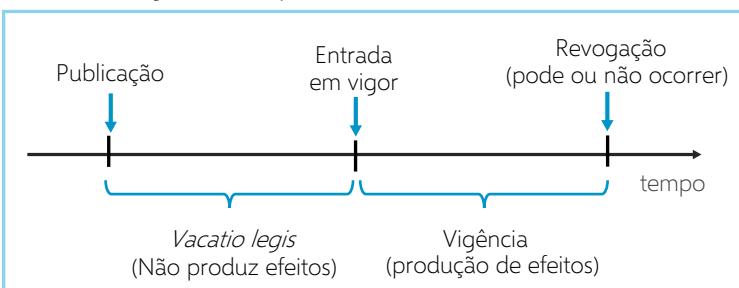
$$\text{Dia da entrada em vigor} = \text{Dia da publicação} + \text{Prazo da vacatio legis}$$

## PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DAS LEIS

= A lei terá vigor até que outra

a { modifique ou  
revogue}

= Sem prazo determinado  
(se ela não se destinar  
a vigência temporária)



## VIGÊNCIA TEMPORÁRIA

= Leis com **prazo de vigência específico**

• São criadas para um fim determinado.

### EXTINGUE-SE

1. Terminado seu prazo. (= Temporárias)

2. Cumprido seu objetivo. (= Excepcionais)

**lindb**  
= VIGÊNCIA =

## REVOGAÇÃO

= Torna uma norma (ou parte dela)

sem efeito → deixa de ter vigência

### • Tipos:

• Expressa → Revogação expressa no texto da lei.

• Tácita → Quando a nova lei:

1. É incompatível com a anterior

2. Regula inteiramente a matéria

• Parcial → A nova lei torna sem efeito apenas  
uma parte da lei antiga. (= Derrogação)

• Total → A nova lei suprime todo o texto



A lei nova que estabeleça disposições {gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior

### MACETE:

Total → Ab-rogação

Parcial → Derrogação

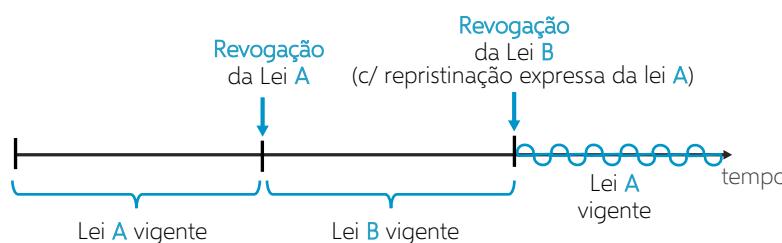
= TotalAb

*lindb*

## = REPRISTINAÇÃO E ULTRATIVIDADE =

### REPRISTINAÇÃO

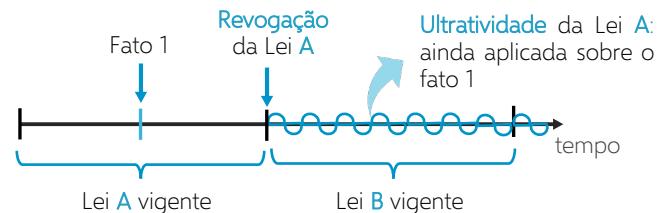
- = Restaurar o valor obrigatório de uma lei **anteriormente revogada**.
  - **Salvo disposição em contrário**, a lei revogada **não** se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.  
( Não existe reprisestinação tácita! )



Cuidado! Se a **lei revogadora** for declarada **inconstitucional**, não houve, realmente, revogação da lei anterior (Continua em vigor)

### ULTRATIVIDADE

- = Quando a lei, **após a sua revogação**, (Perda de sua vigência) produz efeitos sobre fatos ocorridos durante sua vigência.
  - É exceção à regra de que a lei precisa estar vigente para produzir efeitos.



# linDB = ANTONOMIAS = NORMATIVAS

## ASPECTOS GERAIS

- Quanto há 2 normas vigentes **conflitantes** → sem que se possa saber qual utilizar.

## REQUISITOS

1. Normas incompatíveis
  2. Indecisão devido à incompatibilidade
  3. Necessidade de decisão
- Para **evitar** o surgimento de **conflitos** com a publicação da nova lei, o legislador pode acrescentar **disposições temporárias**. (Transitórias)

## CLASSIFICAÇÃO

### ANTINOMIA REAL

- Para sua solução, é necessário criar uma **nova norma**.  
( Não há uma que se aplique ao caso )

### ANTINOMIA APARENTE

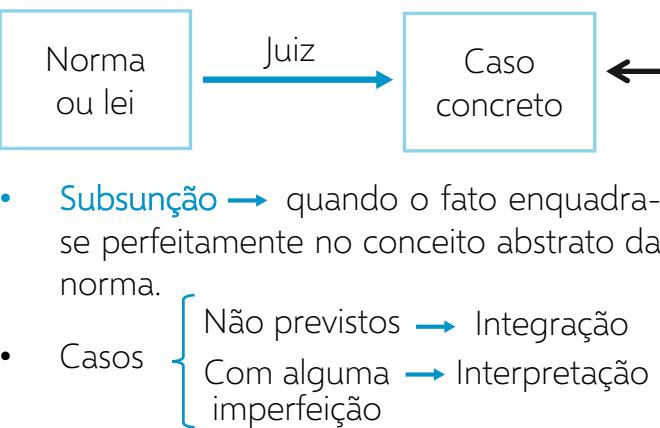
- Para sua solução, pode ser usada **norma já existente**.

➡ Basta aplicar os critérios de solução de conflitos

## CRITÉRIOS PARA SOLUÇÃO

- **Hierárquico**: lei de **hierarquia superior** será utilizada em detrimento da de hierarquia inferior.
- **Cronológico**: lei “**nova**” revoga lei “velha”.  
( Desde que de mesma hierarquia )
- **Especialidade**: lei **especial** é utilizada em detrimento da lei geral.

## APLICAÇÃO DA LEI



## INTERPRETAÇÃO

### Métodos:

1. Gramatical/literal/semântica
  - Análise das palavras (Individual e conjuntamente)
  - Método restrito
2. Lógica
  - Uso de raciocínio e conclusões lógicas
3. Sistemática
  - Interpreta em conjunto com o ordenamento jurídico e princípios do Direito

4. Histórica
  - Considera o momento histórico no qual a lei foi aprovada. (Análise contextual)
5. Finalística/teleológica/sociológica
  - Busca entender o fim almejado pelo legislador



Prevista no art. 5º da LINDB:  
"na aplicação da lei, o juiz atenderá  
{fins sociais a que ela se dirige e as  
exigências do bem comum"

## INTEGRAÇÃO

- Preenchimento de **lacunas** no ordenamento (= ausência de norma expressa ou específica)
- **LINDB**: sendo a lei omissa, o juiz decidirá de acordo com:
  - Analogia
  - Costumes
  - Princípios Gerais do Direito



**CAI MUITO!**  
O juiz não pode se recusar a analisar/julgar uma causa alegando a omissão da lei.

## LINDB = INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO =

## INTEGRAÇÃO

### ANALOGIA

- O aplicador do direito se vale de uma **outra norma** (parecida) de modo a aplicá-la no caso concreto.
- **Tipos:**
  - Analogia **legal** → aplicação de outra norma já existente.
  - Analogia **jurídica** → será utilizado um conjunto de normas para se extrair elementos aplicáveis ao caso concreto.

### COSTUMES

- Decorrem da prática determinado ato com a certeza de sua obrigatoriedade.
  - { reiterada  
constante  
pública  
geral de
- Condições:
  - Continuidade
  - Uniformidade
  - Diuturnidade
  - Moralidade
  - Obrigatoriedade

lindb

= INTERPRETAÇÃO =  
= E INTEGRAÇÃO =



### PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

- Regras abstratas e gerais que orientam o entendimento do sistema jurídico.

### EQUIDADE

- Não prevista literalmente.
- = Busca pelo justo
- Só pode ser usada nos casos previstos em **lei** (novo CPC).

## PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE TEMPERADA

(MITIGADA)

- Adotado pelo Brasil.
- = Um Estado soberano permite que sejam aplicadas leis e sentenças de outros Estados em seu território.  
( = Extraterritorialidade )

- Território **real**: território geográfico + águas territoriais + espaço aéreo.
- Território **ficto**: embaixadas, consulados, navios/aeronaves de guerra, etc.

## LEI DO DOMICÍLIO

- São por ela regidas:
  1. Regras sobre:
    - Começo/fim da personalidade
    - Nome              • Capacidade
    - Direito de família
  2. Regras quanto aos bens **móveis** trazidos ou destinados ao transporte para outro lugar  
Para os demais bens/obrigações = Princípio da Territorialidade (Onde localizado o bem é constituída a obrigação)
  3. Sucessões: lei do domicílio do:
    - { defunto/desaparecido → sucessão
    - { herdeiro/legatário → capacidade para suceder
  4. Competência da autoridade judiciária  
É da autoridade { réu domiciliado no Brasil ou brasileira se { aqui tiver de ser cumprida a obrigação

## REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA

- A lei deve:
  1. Estar de acordo com:
    - { a ordem pública
    - { os bons costumes
  2. Não ofender a soberania nacional.

Se necessária a aplicação de lei estrangeira, ter-se-á em vista a disposição desta, sem considerar-se qualquer remissão por ela feita a outra lei.

## LINDB = EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO =

## REQUISITOS PARA EXECUÇÃO DE SENTENÇAS PROFERIDAS NO ESTRANGEIRO

1. Por juiz competente
2. Partes citadas (ou revelia)
3. Ter passado em julgado + formalidades necessárias à execução
4. Tradução por intérprete autorizado
5. Ter sido homologada pelo STJ.  CAI MUITO!  
(a literalidade da LINDB diz STF, mas a CF/88 coloca esta competência para o STJ)

## ASPECTOS GERAIS

- Pessoa = ente **físico** ou **moral**  
suscetível de { direitos  
obrigações}
- É o sujeito de direitos.

## ESPÉCIES

- Pessoa **natural** (Ser humano)
- Pessoa **jurídica**  
( Agrupamento de seres humanos  
com fins e interesses comuns )

## INÍCIO

- Personalidade civil começa com o **nascimento com vida** (Teoria Natalista)  
(= respirar)
- Mas a lei põe a salvo, **desde a concepção**, os direitos do **nascituro**  
Possui personalidade jurídica **formal**  
( Material, não )  
(Essa proteção alcança o natimorto)

Na sucessão testamentária,  
podem ser chamados a  
suceder os filhos ainda não  
concebidos de pessoas  
indicadas pelo testador.

( Desde que vivas, estas,  
ao abrir-se a sucessão )

# PESSOA natural

## INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL

- Sob **3 aspectos**:

1. **Nome**: individualiza o indivíduo.
  - = prenome + sobrenome
  - Ligado ao registro da pessoa
  - Proibido seu uso sem autorização em propaganda comercial
  - Proteção se estende ao pseudônimo  
( Adotado para atividades lícitas )
2. **Estado**: define sua posição
  - { na sociedade política  
na família
  - Individual → idade, sexo, saúde...
  - Familiar → casado, solteiro, pai, filho...
  - Político → estrangeiro, nacional...
3. **Domicílio**: local de sua atividade social.  
( Detalhado em mapa próprio )

## ASPECTOS GERAIS

= Poderes ou faculdades

### ESPÉCIES

- De gozo ou **de direito**:

- Oriunda da personalidade
- Inerente à pessoa
- Capacidade de { adquirir direitos  
contrair obrigações }

- De exercício ou **de fato**:

- Capacidade de exercer direitos por si só na vida civil
- Leva em conta critérios como { idade  
estado de saúde }

$$\text{Capacidade} \quad = \quad \text{Capacidade} \quad + \quad \text{Capacidade} \\ \text{plena} \qquad \qquad \qquad \text{de direito} \qquad \qquad \text{de fato}$$

Não confundir incapacidade com proibição legal de efetuar certos negócios jurídicos com certas pessoas ou com relação aos bens a elas pertencentes.  
(= falta de legitimidade)

Ex.: outorga conjugal, venda de pai para filho sem autorização dos demais, etc.

## INCAPACIDADE

= Restrição **legal** para determinados atos da vida civil (Todas são previstas em lei)

- Visa proteger pessoas com deficiências jurídicas apreciáveis.

### TIPOS

- **Absolutamente incapaz** → totalmente proibido de exercer por si só o direito.
  - É **nulo** qualquer ato praticado por ele. (Deve ser representado)
  - São absolutamente incapazes os **menores de 16 anos**.  
( Não há mais previsão relacionada a deficiência – só a idade! ) **ATENÇÃO!**

- **Relativamente incapaz** → em regra, deve ser **assistido** para a prática dos atos da vida civil.
  - Mas pode praticar alguns atos sozinho.

Ex.: aceitar mandato, ser testemunha, fazer testamento, votar.

- São **relativamente incapazes**:
  1. Maiores de 16 e menores de 18 anos
  2. Ébrios habituais e os viciados em tóxico
  3. Aqueles que não puderem expressar sua vontade (por causa transitória ou permanente)
  4. Pródigos (Gastam desordenadamente)
    - Privados exclusivamente dos atos que possam comprometer seu patrimônio

**PESSOA  
NATURAL  
= CAPACIDADE =**

Absolutamente incapaz → Representação  
Relativamente incapaz → Assistência  
(primeiras letras invertidas)

## CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE

- Quando as **situações** que a determinava desaparecerem.
- Menoridade cessa aos **18 anos** completos.
- Emancipação → cessa a incapacidade para os menores. (Antecipa os direitos que ele só teria aos 18 anos)
  - ↳ Só tem efeitos na **esfera civil**  
(É irrelevante na esfera penal)

## HIPÓTESES DE EMANCIPAÇÃO

1. Pela **concessão dos pais** (Ou de um deles, na falta do outro) mediante instrumento público, (= **Voluntária**) independentemente de homologação judicial
  - ↳ É **ato unilateral** dos pais (Não é necessária a participação do menor)
2. Por **sentença do juiz**, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 anos completos (= **Judicial**)
3. Pelo **casamento**
4. Pelo exercício de **emprego público efetivo**
5. Pela colação de grau em **ensino superior**
6. Pelo estabelecimento civil ou comercial ou existência de relação de emprego  
( Se tiver 16 anos completos e, em função deles, tenha economia própria )

} = Legal

**PESSOA  
NATURAL**  
= EMANCIPAÇÃO =

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- A emancipação é **irrevogável** e **definitiva**
- Uma vez concedida, o emancipado não retorna à incapacidade. Por exemplo, se ele for emancipado devido ao casamento, ainda que
  - viuvez
  - separação
  - divórcio,
  - ele não volta a ser incapaz)
- Se houver alguma **falha** nas condições legais à emancipação, há **nulidade** ou **anulabilidade**

## ASPECTOS GERAIS

- A existência da pessoa natural (Assim como sua personalidade) termina com a **morte**.
- A vontade sobrevive pelo testamento.
- Morte
  - { real
  - presumida → Com ou sem decretação de ausência

Registrada, em registro público

**PESSOA  
NATURAL**  
= EXTINÇÃO =

## MORTE PRESUMIDA

- **Com** decretação de ausência:
  - Nos casos em que a lei autoriza a abertura da **sucessão definitiva**.
- **Sem** decretação de ausência:
  1. Morte extremamente provável de quem estava em **perigo de vida**.
  2. Se alguém
    - { desaparecido em campanha ou feito prisioneiro
    - não for encontrado em até 2 anos após o término da guerra.

↳ Só pode ser requerida após cessarem as buscas e averiguações.

↳ A sentença deve fixar a data provável do falecimento.

## MORTE COMO RIÊNCIA



- = Presunção de **morte simultânea**
- Se 2 ou mais indivíduos falecerem na **mesma ocasião**, não se podendo averiguar se algum precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- Ex.: ambos morrem em um acidente de avião
- Importante para o Direito de Família e das Sucessões.

## ASPECTOS GERAIS

- Direitos **inerentes** à condição de humano.  
(Desde o nascimento)
- São **extrapatrimoniais**.  
(Não podem ser avaliados pecuniariamente)
- São **inumeráveis**.  
(Lista meramente exemplificativa)

**PESSOA  
NATURAL**  
= DIREITOS DA  
PERSONALIDADE =

## CARACTERÍSTICAS

1. **Absolutos**: podem ser opostos a todos.
2. **Intransmissíveis**: inseparáveis de seu titular. Mas seus efeitos patrimoniais são transmissíveis/negociáveis.
3. **Indisponíveis** (em regra): estão fora do comércio.
4. **Irrenunciáveis**: são inerentes à pessoa. Seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.
5. **Imprescritíveis**: não se consomem com o

## AMEAÇA OU LESÃO A DIREITO DA PERSONALIDADE

- Se houver **{lesão ameaça}** pode-se:
- Exigir que cesse
- Reclamar perdas e danos  
(Sem prejuízo de outras sanções)

Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer:

- Cônjuge sobrevivente
- Qualquer parente em linha reta
- Colateral até o 4º grau

## DISPOSIÇÃO DO CORPO EM VIDA

- Salvo por exigência médica, é **defeso** ato de disposição do próprio corpo
  - Importar diminuição permanente quando **{da integridade física ou Contrariar os bons costumes}**
- Será admitido para fins de **transplante**  
(Conforme lei especial)
- Essa proteção é conferida desde a **concepção** e até a morte.

## DISPOSIÇÃO DO CORPO PARA DEPOIS DA MORTE

- É válida, com objetivo
  - { científico
  - altruístico
- Deve ser **gratuita**.
- Pode dispor seu corpo
  - { no todo ou em parte

Deve haver constatação de **morte encefálica**.
- O ato de disposição pode ser **revogado a qualquer tempo**.
- A pessoa deve deixar sua **vontade expressa** em vida, ou essa decisão caberá aos **familiares**.

## PROTEÇÃO AO NOME

- Todos têm direito ao **nome**  
 = prenome + sobrenome
- Seu nome **não** pode ser empregado por outrem em
  - { publicações
  - representações
 que a exponham ao **desprezo público**.  
 (Ainda que não haja intenção difamatória)
- **Proibido** seu uso **sem autorização** em propaganda comercial.
- Proteção se estende ao **pseudônimo**.  
 (Adotado para atividades lícitas)

**PESSOA  
NATURAL**  
 = DIREITOS DA  
 PERSONALIDADE =

## CONSTRANGIMENTO A TRATAMENTO MÉDICO

### OU INTERVENÇÃO CIRÚRGICA

- "Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a
    - { tratamento médico
    - intervenção cirúrgica."
- Risco criado ou agravado
- (Literalidade C.C.)

## PROTEÇÃO INTELECTUAL E DA IMAGEM

- A divulgação de escritos  
 Transmissão da palavra  
 Publicação  
 Exposição  
 Utilização
- da imagem
- Poderão ser **proibidas** se lhe atingirem:
- Honra
  - Boa fama
  - Respeitabilidade ou Se destinarem a fins comerciais

- Salvo se
  - { autorizados ou necessários à
    - { Administração da Justiça
    - Manutenção da ordem pública
- Mediante requerimento e sem prejuízo da indenização que couber

# PESSOA natural DIREITOS DA = PERSONALIDADE =



## INTIMIDADE

- A vida privada da pessoa natural é **inviolável**.  
O **juiz**, a pedido do interessado, adotará as providências necessárias para **{ impedir fazer cessar ato contrário}**.
- **Incluem-se** os direitos:
  - Ao silêncio
  - Ao sossego
  - Ao sigilo **{ de correspondência telefônico via internet}**
  - De não ser **{ ouvido visto em sua intimidade observado}**

## ASPECTOS GERAIS

- Onde a pessoa natural está **fixada**.  
(Necessidade jurídica)
- Onde encontrá-la caso seja preciso.
- Conceito criado por **lei**.

- **Residência** = onde a pessoa mora.
- **Habitação/moradia** = caráter de transitoriedade.
- **Domicílio civil** = onde estabelece sua residência com **ânimo definitivo**.  
(Característica subjetiva)

## OBSERVAÇÕES

- Se não tiver residência habitual, **domicílio** = onde for **encontrada**.
- Se tiver várias residências onde alternadamente viva, **domicílio** = **qualquer uma** delas.

## DOMICÍLIO PROFISSIONAL

- É também domicílio da pessoa natural, quanto às **relações concernentes à profissão**, o lugar onde esta é exercida.
- Se exercer profissão em **vários lugares**, cada um deles constitui domicílio para as relações que lhe corresponderem.

# domicílio

## CLASSIFICAÇÕES

### QUANTO À ORIGEM

- Domicílio **voluntário**:
  - A pessoa escolhe livremente.
- Domicílio **necessário** (legal):
  - Imposto por **lei**. (Independente da vontade das partes)
  - Obrigatório para:
 

• Incapaz	• Marítimo
• Servidor público	• Preso
• Militar	• Diplomata

### QUANTO À NATUREZA

- Domicílio **geral**:
  - Necessários e voluntários.
- Domicílio **especial**:
  - Quando decorre de um acordo entre as partes (ex.: contrato).

## MUDANÇA DE DOMICÍLIO

- Com a transferência da residência com **intenção** de mudar o domicílio.

### PROVA DA INTENÇÃO

- Declaração das municipalidades ou  
(De onde deixa e para onde vai)
- Própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

# PESSOAS JURÍDICAS

## ASPECTOS GERAIS

- Entidades às quais a lei confere **personalidade**.
- Têm **direitos e obrigações**.
- Formadas por **{conjunto de pessoas ou conjugação patrimonial}**
- Princípio da Autonomia Patrimonial:** o patrimônio da P.J. não se confunde com o de seus membros.

CC/2002: Teoria da Realidade Técnica

A personificação é um expediente técnico

Atributo deferido pelo Estado a entidades que preencham os requisitos

## CONSTITUIÇÃO

- Preenchimento dos **requisitos**:
  - Vontade
  - Obediências às condições legais
  - Finalidade lícita
- Início da **existência legal** = **inscrição** dos atos constitutivos no respectivo **registro**
  - Quando **necessário**, precedida de **autorização** ou **aprovação** do Poder **Executivo**.
- Decai em 3 anos da publicação da inscrição o direito de **anular** a constituição da P.J. **por defeito** no ato.

## CAPACIDADE

- = Plena e limitada à finalidade para que foi criada.
- Poderes estipulados em:
  - Lei
  - Atos constitutivos
  - Ordenamento interno

## NACIONALIDADE

### NACIONAL

- Organizada conforme a **lei brasileira**  
+ **sede** de sua administração **no país**.

### ESTRANGEIRA

- Não pode funcionar no país sem **autorização do Executivo**.
- Se autorizada → sujeita-se a leis e tribunais brasileiros  
+ deve ter representante no Brasil
- Pode ser acionista de S.A. brasileira.

## ESTRUTURA INTERNA

### CORPO RAZONADO

- Conjunto de **pessoas** com vontade única.  
(Ex.: sociedades e associações)

### FUNDAÇÃO

- **Patrimônio** personalizado destinado a um fim.  
(Ex.: fundações públicas e privadas)

# PESSOAS JURÍDICAS = CLASSIFICAÇÕES =

## FUNÇÃO E CAPACIDADE

### P.J. DE DIREITO PÚBLICO

- Aquelas previstas **em lei**.

### DE DIREITO PÚBLICO INTERNO

- União + Estados/DF + Territórios + Municípios
- Autarquias + Fundações Públicas
- Demais de caráter público criadas por lei.

### DE DIREITO PÚBLICO EXTERNO

- = Estados estrangeiros
- + Pessoas regulamentadas pelo Direito Internacional Público

### P.J. DE DIREITO PRIVADO

- Instituídas por iniciativa de **particulares**.
  - =
    - Associações (Inclui sindicatos!)
    - Fundações particulares
    - Sociedades simples e empresárias
    - Organizações religiosas
    - Partidos políticos
    - EIRELIs



ATENÇÃO!

As bancas adoram dizer que são de Direito Público!

# PESSOAS JURÍDICAS



## PRINCIPAIS GRUPOS DESPERSONALIZADOS

### MASSA FALIDA

- Conjunto de bens após a decretação da falência da P.J.
- Representada pelo administrador judicial.

### HERANÇA JACENTE/VACANTE

- Quando o *de cuius* não possuía testamento ou herdeiros
- Representada por um curador.

### ESPÓUO

- Conjunto de direitos e obrigações do *de cuius*.
- Representado pelo inventariante.  
(Administrador provisório antes da nomeação)

### CONDOMÍNIO

- Propriedade conjunta/comum de algo.
- Condomínios de edifícios (Há controvérsias doutrinárias)
- Representado pelo síndico.

### FAMÍLIA

### SOCIEDADES E ASSOCIAÇÕES DE FATO

## SOCIEDADES DE FATO

- Sociedades **sem personalidade jurídica**:
  - Não fizeram seu registro ou
  - Não têm autorização legal de funcionamento.
- São **representadas** pela pessoa a quem couber a **administração** de seus bens.

## ASPECTOS GERAIS

- = União de pessoas organizadas para fins não econômicos.
- Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.  CAI MUITO! ←
- Seu lucro, se houver, deve ser reinvestido.  
(Não pode ser distribuído aos associados)
- Possuem natureza associativa:
  - Partidos políticos
  - Sindicatos
  - Associações religiosas

## ASSOCIADOS

- Devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.
- Se o estatuto não dispuiser o contrário, a qualidade de associado é intransmissível.

A transferência de quota/fração ideal não importará, por si só, na atribuição da qualidade de associado.

- Exclusão: só por justa causa e com ampla defesa.

# PESSOAS JURÍDICAS = ASSOCIAÇÕES =

## ASSEMBLEIA GERAL

### COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS

- Destituir os administradores
- Alterar o estatuto.

### CONVOCAÇÃO

- Na forma do estatuto
- Garantida a  $\frac{1}{5}$  dos associados.

## DISSOLUÇÃO

- O remanescente do patrimônio líquido será destinado a entidade de fins não lucrativos designada no estatuto, ou, se omissa, a

instituição  
 { municipal  
 estadual  
 federal

de fins idênticos ou semelhantes.

Se não houver, devolverá à Fazenda do Estado/DF ou da União.

## ASPECTOS GERAIS

- = Patrimônio destinado a uma finalidade.
- Criada por:
  - Escritura pública
  - Testamento
- } Dotação especial de bens livres
- Especificando o **fim** a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de **administrá-la**.

## FINALIDADES ADMITIDAS

- Assistência social
- Cultura, defesa e preservação do patrimônio
  - { histórico
  - artístico
- Educação
- Saúde
- Segurança
  - { alimentar
  - nutricional
- Defesa e preservação do meio ambiente
  - + desenvolvimento sustentável
- Promoção da ética, cidadania, democracia e direitos humanos
- Atividades religiosas
- Pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas
  - + modernização de sistemas de gestão
  - + produção e divulgação de informação

# PESSOAS JURÍDICAS = FUNDAÇÕES =

## INSTITUIÇÃO

- Modalidades:
  - Direta → a própria **pessoa instituidora** projeta e regulamenta a fundação.
  - Fiduciária → o instituidor **delega** essas funções.
- Recursos **insuficientes**:
  - Os bens serão incorporados em outra fundação com fins idênticos ou semelhantes.  
(Se de outro modo não dispuser o instituidor)

## PARTICIPAÇÃO DO MP

- MP do **Estado/DF** velará pelas fundações.
  - Se atividades em >1 estado, caberá o encargo ao MP de **cada estado**.
  - Se no DF ou territórios → MPDFT

## EXTINÇÃO

- Por qualquer **interessado** ou MP.
- Hipóteses:
  - Se tornar ilícito seu objeto
  - Se for impossível sua manutenção
  - Se vencer o prazo de sua existência
- Seu **patrimônio** será incorporado em **outra fundação** com fins idênticos ou semelhantes designada pelo juiz.  
(Se de outro modo não dispuser o instituidor)

## ASPECTOS GERAIS

- Em casos de **abuso** da personalidade jurídica
  - Desvio de finalidade
  - Confusão patrimonial
- + Extensão de obrigações dos sócios/administradores à pessoa jurídica.
- Para que sejam atingidos **bens particulares** dos **sócios** ou administradores.

### NOVIDADE! (LEI N. 13.874/19)

- Desvio de finalidade**
- = Utilização da P.J. para:
  - Lesar credores
  - Praticar atos ilícitos
- Confusão patrimonial**
- = Ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por:
  - Cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio/administrador
  - Transferência de ativos/passivos sem contraprestação  
(Salvo valor proporcionalmente insignificante)
  - Outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
  - A **mera existência** de grupo econômico sem a presença dos requisitos **não** autoriza a desconsideração.

# PESSOAS JURÍDICAS = DESCONSIDERAÇÃO =

## TEORIA MAIOR

- Requisitos:
  - Abuso da personalidade jurídica
  - Prejuízo
- Adotada pelo **Código Civil**.

## TEORIA MENOR

- Único requisito = prejuízo do credor
- Adotada pela **jurisprudência** em relações de **consumo**. (Polêmico)

## "DESCONSIDERAÇÃO INVERSA"

- O **sócio**, com o objetivo de prejudicar terceiros, **oculta** ou **desvia** seus bens pessoais para a pessoa jurídica. ↗ Pode-se desconsiderar a P.J. para atingir tais bens

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES CAI MUITO!

- A comprovação da insolvência não é necessária para que seja feita a desconsideração da P.J.
- A aplicação da desconsideração da P.J. não implica a dissolução ou a anulação da sociedade.

# BENS

*bens*



## BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

### BENS MÓVEIS

- = Bens suscetíveis de movimento próprio, ou remoção por força alheia, **sem** alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- Materiais destinados a uma construção, enquanto não empregados = móveis.  
(Readquirem essa condição os provenientes da demolição de prédio)

### MÓVEIS POR DETERMINAÇÃO LEGAL

- Energias com valor econômico (Gás, energia elétrica, etc.)
- Direitos reais sobre móveis + ações correspondentes
- Direitos pessoais de caráter patrimonial + respectivas ações

### MÓVEIS POR ANTECIPAÇÃO

- = Incorporados ao solo com a intenção de oportunamente separá-los.



### BENS IMÓVEIS

- = Solo + o que nele se incorporar. (Natural ou artificialmente)
- Não podem ser transportados ou removidos sem alteração de sua substância.
- **Não** perdem o caráter de imóveis: DECORE!
  - Edificações removidas e transportadas para outro local, conservada sua unidade.
  - Materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem.

### IMÓVEIS POR DETERMINAÇÃO LEGAL

- Direitos reais sobre imóveis e ações que os asseguram
- Direito à sucessão aberta (Herança) CAI MUITO!

# BENS



## BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

### BENS CONSUMÍVEIS

= Móveis:

- Cujo uso → destruição imediata (De fato)
- Destinados à alienação (De direito)

### BENS INCONSUMÍVEIS

= Podem ser usados de forma contínua sem perder sua substância ou ser destruídos.  
(Observar a destinação econômico-jurídica)

### BENS DIVISÍVEIS

= Podem ser fracionados sem:

- Alteração na sua substância
- Diminuição considerável de valor
- Prejuízo a seu uso.

Ex.: sacos de arroz.

### BENS INDIVISÍVEIS

= Não podem ser fracionados nas condições acima.

Ex.: quadro do Picasso.

- Bens divisíveis podem tornar-se indivisíveis por {determinação da lei  
vontade das partes}

## BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

### BENS FUNGÍVEIS

= Bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade

Ex.: dinheiro.

Mútuo = empréstimo de coisas fungíveis.

### BENS INFUNGÍVEIS

- Aqueles que não podem ser substituídos.
- = São únicos/personalizados.

Ex.: Quadro famoso.

É possível que um bem fungível por natureza seja infungível por vontade das partes.

# BENS

*bens*



## BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS

### BENS SINGULARES

- = Bens que, embora reunidos, se consideram de **per si**, independentemente dos demais.  
(São analisados em sua individualidade)

### TIPOS

- **Simples**: suas partes são unidas por natureza.  
Ex.: bois.
- **Compostos**: suas partes são unidas por esforço do homem.  
Ex.: carros, casas.

- **Partes Integrantes** → mantêm sua identidade quando unidas para formar uma coisa composta.
- **Partes Componentes** → perdem sua identidade quando unidas para formar uma coisa composta.

### BENS COLETIVOS (Ou universais)

- Formam um **todo único**, que passa a ter uma **identidade própria**.  
(Diferente daquela das partes)

Ex.: floresta, rebanho.

- Abrangem as **universalidades**:
  - De **fato**: pluralidade de **bens singulares** que, pertinentes à mesma pessoa, tenham **destinação unitária**.

→ Bens que formam essa universalidade podem ser objeto de **relações jurídicas próprias**.

Ex.: galerias de obras de arte.

- De **direito**: complexo de **relações jurídicas**, de uma pessoa, dotadas de valor **econômico**.

→ Advém da **lei**.

Ex.: patrimônio.

# BENS bens



## BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS

- Relação entre os bens.

## BENS PRINCIPAIS

- Existem sobre si.
- = Têm existência própria.  
(Abstrata ou concretamente)

## BENS ACESSÓRIOS

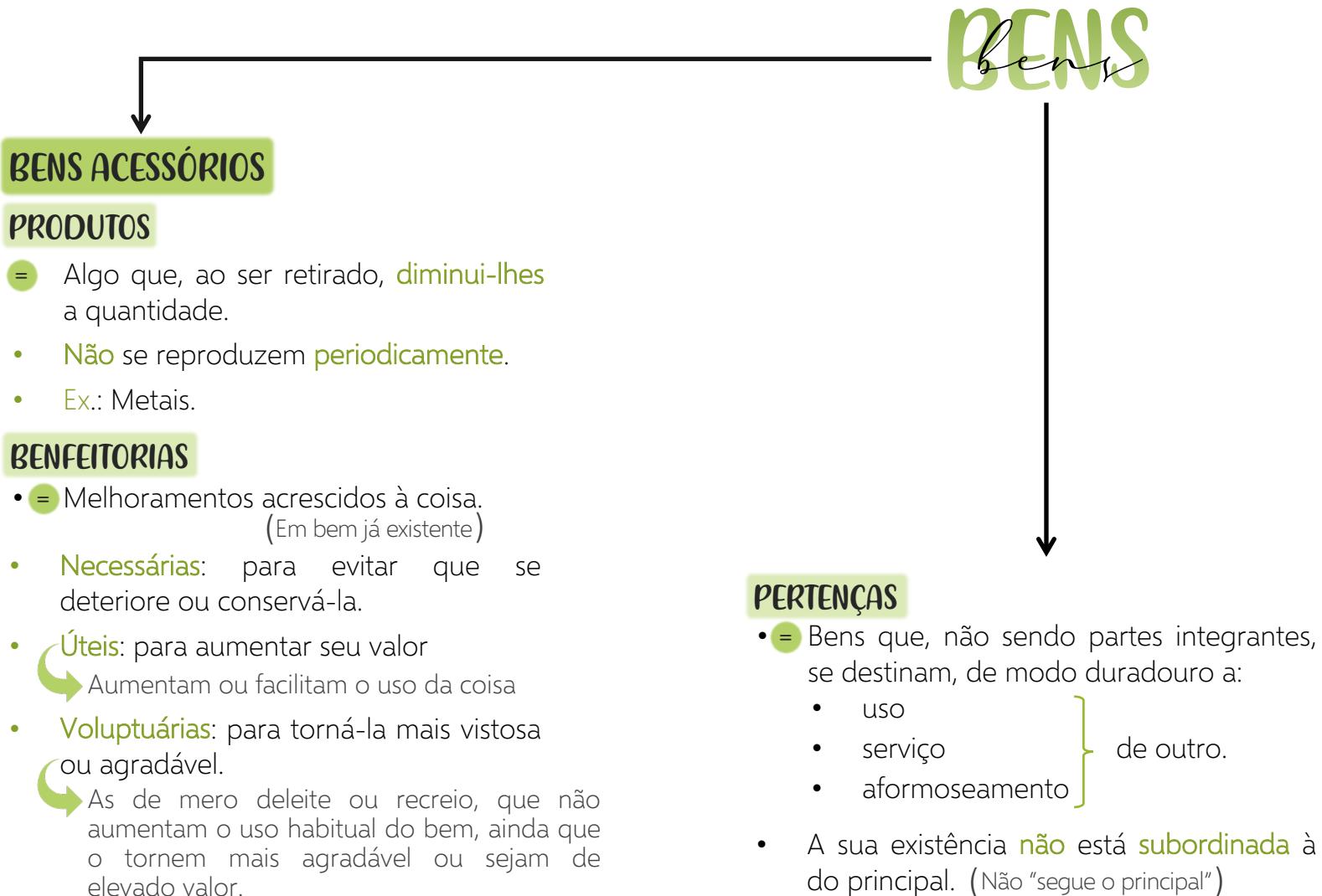
- Cuja existência pressupõe a do principal.
- Regra: o bem acessório segue o destino do principal:
  - Princípio da Gravitação Jurídica: A natureza jurídica do acessório é a mesma natureza do principal.
  - O proprietário do principal é também do acessório.
- Classes:
  - Frutos
  - Produtos
  - Benfeitorias

## FRUTOS

- = Utilidades que uma coisa periodicamente produz sem sofrer alteração em sua substância, sendo separáveis.
- Quanto à origem:
  - Naturais
  - Civis
  - Industriais
- Quanto ao estado:
  - Pendentes → Ainda ligados à coisa.
  - Percebidos/colhidos → Já separados.
  - Estantes → Separados e armazenados para venda.
  - Percipiendo → Deviam ter sido colhidos, mas não foram.
  - Consumidos → Não mais existem.

O possuidor de boa-fé, enquanto ela durar, tem direito aos frutos percebidos.

O de má-fé, não.



## ASPECTOS GERAIS

- = Bens de domínio nacional, pertencentes a pessoa jurídica de **direito público** interno.  
→ União, Estados/DF, Municípios, Territórios
- Os **demais** serão bens **particulares** independentemente de seus titulares.

## CLASSIFICAÇÃO

Conforme o modo  
de utilização do bem

### BENS DE USO COMUM DO Povo

- Podem ser **utilizados**, sem restrições, de forma **gratuita** ou **onerosa**, por **todos**. (Sem necessidade de qualquer permissão)
- Ex.: rios, mares, ruas, praças.

### BENS DE USO ESPECIAL

- Possuem uma **destinação especial**: são usados pelo próprio Poder Público para execução de seus serviços públicos.
- Ex.: edifícios/terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da

# BENS públicos

## CARACTERÍSTICAS

### INAUENABILIDADE

- Aplica-se aos bens de uso **comum** e **especial**  
(Enquanto guardarem a afetação pública)
- Os bens **dominiciais** podem ser alienados (Os **desafetados** tornam-se dominiciais)

### IMPRESCRITIBILIDADE

- Não podem ser adquiridos por usucapião.
- Aplica-se a **todos** os bens públicos, inclusive os **dominiciais**.

### IMPENHORABILIDADE

- Não podem ser dados em garantia.

### BENS DOMINICIAIS

- = Compõem o patrimônio da (Móveis e imóveis )  
→ União  
Estados/DF  
Municípios
- **Não** são **afetados** a qualquer destinação pública.
- Ex.: terras devolutas, oficinas, fazendas e indústrias pertencentes ao Estado.
- Não dispendo lei em contrário, são **dominiciais** os bens pertencentes a P.J. de Direito Público a que se tenha dado **estrutura de Direito Privado**.

# ATOS e FATOS JURÍDICOS

## FATO JURÍDICO

- Acontecimento com **repercussões jurídicas** (efeitos jurídicos).  
Ex.: aquisição, conservação, transferência (...) de direitos
- **Tipos** de fatos jurídicos:
  - Natural (Fato jurídico *stricto sensu*)  
↳ Independente da vontade humana
  - Pode ser:
    - Ordinário
    - Extraordinário
  - Humano (= ato jurídico)

## ATO JURÍDICO

- Ação humana.
- Tipos de atos jurídicos:
  - Ato **ilícito** (= de efeito involuntário)
  - Ato **lícito** (Decorem de manifestação de vontade)
  - **Stricto sensu** (Ato não negocial)
    - Efeitos previstos em **lei**.
    - Independente da vontade das partes.
    - Aplicam-se, no que couber, as disposições dos negócios jurídicos.
  - Negócio jurídico (Ato negocial)
    - Aplica-se a **autonomia privada**.
    - Resulta nos efeitos desejados pelas partes.

## NÚMERO DE PARTES

### UNILATERAIS

- Há apenas **uma** declaração de **vontade**.
- Pode envolver **um ou mais sujeitos**.
- Ex.: instituição de uma fundação por duas pessoas.
- Ato **receptício** → o conhecimento da pessoa a quem é dirigido é necessário. (Ex.: oferta de recompensa)

### BILATERAIS

- Há apenas **duas manifestações** de **vontade**. → Em sentido contrário, mas coincidentes no objeto.
- **Tipos:**
  - **Simples:** vantagens para uma parte + ônus para a outra.
  - Ex.: comodato, doação, etc.
  - Cuidado! → É bilateral.
- **Sinalgmáticos:** há ônus e vantagens recíprocos.
- Ex.: aluguel, compra e venda, etc.

**Negócio plurilateral** = mais que duas partes envolvidas

## NEGÓCIOS JURÍDICOS = CLASSIFICAÇÕES =

### CONTEÚDO

#### PATRIMONIAIS

- Originam direitos e obrigações de conteúdo econômico.

#### EXTRAPATRIMONIAIS

- Relacionados a direitos (Pessoais) { personalíssimos e de família

### TEMPO DOS EFEITOS

#### INTER VIVOS

- Consequências jurídicas ocorrem durante a vida dos interessados.

#### MORTIS CAUSA

- Regulam as relações após a morte do sujeito (Declarante)
- São sempre negócios nominados/típicos.

# NEGÓCIOS JURÍDICOS

## = CLASSIFICAÇÕES =

### VANTAGENS QUE PRODUZEM

#### A TÍTULO GRATUITO

- Não há contraprestações.  
Uma parte aumenta seu patrimônio e o da outra diminui.

#### A TÍTULO ONEROSO

- Mútua transmissão.

Visar, reciprocamente, a obter vantagens

- Tipos:

- Comutativos:  
Têm prestações equivalentes certas determinadas
- Aleatórios:  
A prestação de uma das partes depende de acontecimentos incertos e inesperados.

#### NEUTROS

- Não há uma atribuição patrimonial determinada.
- Destinação de bens a uma **finalidade**.
- Ex.: ato de instituição de bem de família.

#### BIFRONTES

- Podem ser **onerosos** ou **gratuitos** a critério das partes.
- Ex.: mútuo, mandato, depósito.



### FORMA

#### FORMAIS (SOLENES)

- Exigem **forma especial**, prescrita em **lei**.
- Ex.: testamentos.

#### NÃO FORMAIS

- Não exigem **forma especial** ou **solenidades**. (Podem ser até verbais)
- É a regra: a validade da declaração de vontade **não depende** de forma especial.  
(Apenas quando a lei expressamente o exigir)

## ELEMENTOS ESSENCIAIS

- **Forma** prescrita ou não defesa em lei.
- Agente **capaz**
- Objeto
  - Lícito
  - possível
  - determinado/determinável

## AGENTE

- Validade do ato → agente **capaz**.  
Deve ser aferida no momento do ato.
- Ato praticado por **agente**:

Absolutamente incapaz (Representado)	→ Nulo
Relativamente incapaz (Assistido)	→ Anulável

### ! IMPORTANTE!

A incapacidade relativa de uma das partes **não** pode ser **invocada** pela outra em benefício próprio

+ **Não aproveita** aos interessados capazes

Salvo se **indivisível** o objeto do direito/obrigação comum.

# NEGÓCIOS JURÍDICOS = ELEMENTOS =

## OBJETO

- = **Vantagens** auferidas pelas partes.
- Deve ser:
  - Lícito (O ilícito não é negócio jurídico)
  - Possível
- Impossibilidade:
  - Absoluta → comum a todos
  - Relativa → somente o agente (Não invalida o negócio jurídico)
- Determinado ou determinável (No momento de sua concretização)

## FORMA

- Prescrita ou não defesa em **lei**.
- Em **regra**, a forma é **livre**.
- No N.J. celebrado com a **cláusula** de não valer sem instrumento público, este é da **substância do ato**.

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- A **manifestação** de vontade **subsiste** ainda que seu autor haja feito **reserva mental** de não querer o que manifestou. Salvo se o destinatário sabia
- A **intenção** da declaração **prevalece** sobre o **sentido literal**.
- **Silêncio** = anuência **se**:
  - Circunstâncias ou usos o autorizarem.
  - Não for necessária declaração expressa.

# NEGÓCIOS JURÍDICOS

## ELEMENTOS ACIDENTAIS

- Podem ser acrescentados pela **vontade** dos agentes/partes.
- São eles {  
    condição  
    termo  
    encargo}

## CONDIÇÃO

- = Cláusula que **subordina o efeito** do negócio jurídico a evento {  
    futuro e  
    incerto}
  - + Derivada exclusivamente da **vontade** das partes
- **Atos puros** → não admitem condição  
(Direitos de família, personalíssimos)

## CONDIÇÕES DEFESAS

- **Privam** o N.J. de todo o **efeito**
- Sujeitam o N.J. ao **puro arbítrio** de uma das partes (= potestativos puros)
  - Contrária a {  
        lei  
        ordem pública  
        bons costumes}

## CONDIÇÕES QUE INVALIDAM O N.J.

- Suspensivas: física ou juridicamente **impossíveis**
- **Ilícitas** ou de fazer coisa ilícita
- **Incompreensíveis** ou **contraditórias**
- São **inexistentes** as condições de **não fazer** coisa **impossível**.

## TIPOS DE CONDIÇÃO

- Condição **suspensiva**:
  - Protela a eficácia do N.J.
  - Não se adquire o direito enquanto não se verificar a condição.  
Mas a pessoa que estabeleceu a condição não pode mais dispor livremente da coisa.
- Condição **resolutiva**:
  - Põe fim ao negócio jurídico.
  - Enquanto não ocorrer, vigora o N.J.
  - São inexistentes se impossíveis.
- Quanto à ocorrência:
  - Pendente (Ainda não ocorreu)
  - Implementada (Verificada a condição)
  - Frustrada (Não se realiza)
- Quanto à ocorrência:
  - Casual (causal) → depende de fato alheio à vontade das partes.
  - Potestativa → decorre da vontade das partes.

# NEGÓCIOS JURÍDICOS

## TERMO

Evento { futuro e certo (Ainda que o momento seja indeterminado)

- Marca o **início/fim** da eficácia do N.J.
- Determinado pelas partes.
- Aplicam-se, no que couber, as **disposições** relativas às **condições**.

## TIPOS

- Termo **inicial**: dia a partir do qual se (Suspensivo) pode exercer o direito
  - Suspende o **exercício**, mas **não** a **aquisição** do direito. (Diferente da condição)
- Termo **final**: encerra a produção de efeitos (Extintivo)
- Termo **certo**:
  - Data certa já definida
  - O devedor é automaticamente considerado inadimplente.
- Termo **incerto**:
  - Não se sabe ao certo a data final
  - O credor deve interpelar o devedor.

## ENCARGO

- = **Restrição** a uma liberalidade concedida:
  - Estabelecendo finalidade ao objeto do N.J.
  - Impondo obrigação ao favorecido
  - Se não for cumprido, a liberalidade pode ser **revogada**.
  - Considera-se **não escrito** o encargo:
    - Ilícito ou }
    - Impossível }
 Salvo se for o motivo determinante da liberalidade (Invalidará o N.J.)

## OBSERVAÇÃO

- Os N.J. entre vivos, **sem prazo**, são exequíveis **desde logo, salvo** se a execução:
  - Tiver de ser feita em lugar diverso
  - Depender de tempo

## ASPECTOS GERAIS

- Categorias:
  - Inexistência dos N.J.
  - Nulidade dos N.J. (Absoluta)
  - Anulabilidade (Nulidade relativa)

## INEXISTÊNCIA DOS N.J.

- Só há **aparência** de ato/negócio jurídico.
- **Não** possui **conteúdo** jurídico.

## NULIDADE DOS N.J. (Absoluta)

- Devida ao **não** cumprimento de algum **requisito** essencial.  
Causas de ordem pública ↗
- Pode ser **alegada** por:
  - Qualquer interessado
  - MP, quando lhe couber intervir
- **Deve** ser **pronunciada** pelo **juiz**, não lhe sendo permitido **supri-la**.  
(Ainda que a requerimento das partes)
- A nulidade **retroage** até o momento de formação do ato.
- **Não** pode ser **confirmado** pelas partes  
(Se tiver os requisitos de outro,) é possível sua conversão ↗
- Pode ser **total** ou **parcial**.  
Não prejudica a parte válida, se separável. ↗

Invalidade da obrigação principal

implica

Invalidade das obrigações acessórias

## SIMULAÇÃO

- Vontade **interna** ≠ declarada
- Há **conluio** entre as partes
- Ressalvam-se os direitos de **terceiros de boa-fé**
- Tipos:
  - **Simulação**: cria aparentemente um N.J. que, de fato, **não existe** ou
  - **Dissimulação**: **oculta**, sob determinada aparência, o negócio realmente querido.

Subsistirá o que se dissimulou  
se válido na {substância e forma}

= Simulação parcial

# NEGÓCIOS JURÍDICOS = INVALIDADES =

## HIPÓTESES IMPORTANTES

- Por **absolutamente** incapaz
- Ilícito, impossível ou indeterminado
- **Motivo ilícito**
- Preterir solenidade essencial
- Objetivo de fraudar a lei
- **Não** ter a **forma** prescrita em lei
- Simulação
- A **lei** taxativamente declará-lo  
(Ex.: é nulo o contrato de compra e venda, quando se deixa a fixação do preço ao arbítrio de uma das partes)

## ANULABILIDADE (Nulidade relativa)

- Concedida **a pedido do interessado.**  
Pode conformar-se com o ato

### HIPÓTESES

- Casos declarados em lei
- Incapacidade **relativa** do agente
- Vício resultante de:
  - Erro
  - Dolo
  - Coação
  - Estado de perigo
  - Lesão
  - Fraude contra credores
- Anulação **depende** de **sentença** e **não** pode ser declarada de ofício.
- Os **efeitos** da anulação **não retroagem.** (*Ex nunc*)
- Tem prazo **decadencial**.

### OBSERVAÇÕES

- O menor, entre **16 e 18 anos**, **não** pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar sua idade, se:
  - Dolosamente a ocultou ou
  - Declarou-se maior
- Ninguém pode reclamar** o que pagou a um **incapaz**, por uma obrigação anulada, se **não provar** que reverteu em proveito dele a importância paga.

# NEGÓCIOS JURÍDICOS negócios jurídicos =INVALIDADES=

## CONFIRMAÇÃO

- O N.J. **anulável** pode ser **confirmado pelas partes** (Salvo direito de terceiros)

## TIPOS

- Expressa:** devem conter a substância do N.J. e a vontade expressa de mantê-lo. (Deve ter a mesma forma do ato)
- Táctita:** quando o ato já foi cumprido em parte e o devedor já estava ciente do vício.

## ASPECTOS GERAIS

- São casos de **anulabilidade** do N.J.
- **Tipos** de defeitos:
  - Erro
  - Coação
  - Estado de perigo
  - Lesão
  - Fraude contra credores
  - Dolo

## ERRO

- A parte tem uma **noção inexata** sobre algo/algum que influencia sua **vontade**.
- **Não** pode haver **dolo** pela outra parte ou terceiro.
- **Requisitos** para poder anular o N.J.:
  - Substancial ou essencial:
    - Interessa a **{natureza do N.J.  
objeto principal  
qualidades essenciais}**
    - Concerne a identidade/qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração.
    - Motivo único/principal do N.J.
  - Escusável: que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal em face das circunstâncias do negócio.
  - **Erro accidental** não é suficiente p/ anular o N.J.
  - **Erro de cálculo** só autoriza a retificação da declaração.

# NEGÓCIOS JURÍDICOS

*negócios  
jurídicos*

## = DEFEITOS =



## DOLO

- Erro intencionalmente **provocado** na vítima.
- **Tipos:**
  - **Principal/essencial** → é a causa do N.J. (O N.J. será anulável)
  - **Acidental** → o N.J. seria realizado, mas de ouro modo. (Só obriga satisfação de perdas e danos)
- **Dolo de terceiro:** para acarretar nulidade, a parte a quem aproveita deve **saber** ou ter o dever de saber do dolo. (Se não sabia, o terceiro responde por perdas e danos)
- **Dolo de representante:**
  - **Legal** → o representado responde até o limite do proveito que teve.
  - **Convencional** → o representado responde solidariamente por perdas e danos

## ESTADO DE PERIGO

- A parte, agindo **por necessidade** para evitar **grave dano**, assume obrigação **excessivamente onerosa**.

Para salvar a:

- Si mesmo
  - Sua família
  - Terceiro, conforme decisão do juiz.
- A outra parte **conhecia** do perigo.

## COAÇÃO

- Tipos:
  - **Física** → coação **absoluta**.
  - **Moral** → coação **relativa**.  
= vício do consentimento
- Deve incutir fundado temor de **dano iminente e considerável** a:
  - Si mesmo      • Seus bens
  - Sua família
  - Terceiro, conforme decisão do juiz.
- + Ser o **motivo determinante** do N.J.
- Coação de terceiro: p/ acarretar nulidade, a parte a quem aproveita deve saber ou ter o dever de saber  
A parte responde solidariamente com o terceiro. Se não

## LESÃO

- Uma parte, abusando da **inexperiência** ou **premente necessidade** da outra, obtém **vantagem**:  
Requisito objetivo
  - Manifestamente desproporcional
  - Exageradamente exorbitante.  
(= Risco patrimonial)

# NEGÓCIOS JURÍDICOS = DEFEITOS =

## FRAUDE CONTRA CREDORES

- Atos, por parte do devedor, que **desfalcam** seu patrimônio para **colocá-lo a salvo** de uma execução por dívidas.
- Requisitos:
  - **Subjetivo** → conluio fraudulento (= Má-fé também da outra parte)
  - **Objetivo** → insolvência do devedor

### Não configura coação:

- A ameaça do **exercício normal** de um direito  
Ex.: "vou protestar o título!"
- Simples **temor reverencial**  
Ex.: "não quero desagradar meu chefe"

# negócios JURÍDICOS

= NOVIDADES =  
= LEI 13.874/19 =

## INTERPRETAÇÃO DO N.J.

- Deve atribuir-lhe o sentido que:
  - For confirmado pelo **comportamento** das partes
  - Correspondar aos **usos**, **costumes** e **práticas do mercado**
- Correspondar à **boa-fé**
- For mais benéfico à parte que **não redigiu** o dispositivo
- Correspondar a qual seria a **razoável** negociação das partes (Se identificável )
- As partes podem estabelecer **parâmetros objetivos** para a **interpretação** das cláusulas negociais

As partes **podem** livremente **pactuar regras** de:

- Interpretação
- Preenchimento de lacunas
- Integração

## LIBERDADE CONTRATUAL

- Será exercida nos limites da **função social** do contrato
- Nos N.J. privados **prevalece**:

O princípio da **+ Excepcionalidade**  
intervenção mínima da revisão contratual

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Contratos **civis** e **empresariais** presumem-se paritários e simétricos.  
Ressalvados:
  - **Elementos concretos** que justifiquem o afastamento.
  - Regimes jurídicos previstos em **leis especiais**.
- A **revisão contratual** será somente de forma **excepcional** e **limitada**.
- A **alocação de riscos** definida deve ser **respeitada** e **observada**.

# PRESSCRIÇÃO X DECADÊNCIA

<p>Perde-se a <b>pretensão</b> à ação          ( Por via reflexa, não se consegue exercer o direito material )</p>	<p>Perde-se o <b>próprio direito</b> material          ( Direito potestativo )</p>
<p><b>Não corre</b> contra aqueles dos arts. 197 e 198 do C.C.          ( Mapa seguinte )</p>	<p>Corre <b>contra todos</b>          ( Salvo contra os <b>absolutamente incapazes</b>)</p>
<p>Tem origem na <b>lei</b>.</p>	<p>Tem origem <b>{</b> na <b>lei</b> ou no <b>negócio jurídico</b>          (Convencional )</p>
<p>É <b>renunciável</b>           Só valerá se:  <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem prejuízo a terceiro</li> <li>• Depois que a prescrição se consumar</li> </ul> <p>Deve ser conhecida <b>de ofício</b> pelo juiz.</p> </p>	<p>Quando fixada em <b>lei</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• É <b>irrenunciável</b> (É nula essa renúncia)  CAI MUITO!</li> <li>• Deve ser conhecida de ofício pelo juiz          (A convencional não pode)</li> </ul>
<p>É passível de <b>{</b> impedimento          suspensão          interrupção</p>	<p>Salvo disposição legal em contrário,  <b>não</b> se aplicam <b>{</b> impedimento          suspensão          interrupção</p>

## ASPECTOS IMPORTANTES

- Os prazos prescricionais **não** podem ser **alterados** por **acordo** das partes.
- Pode ser **alegada** em qualquer grau de jurisdição pela **parte** a que **aproveita**.
- A prescrição iniciada contra uma pessoa **continua** a correr contra seu **sucessor**.

## PRAZO

- Regra geral: **10 anos** (Art. 205, C.C.)
- A **lei** pode fixar prazo **menor**.
- **Início** do prazo = Surgimento da pretensão (Quando o direito é violado)

Prazo ainda não se iniciou

Prazo já se iniciou

## IMPEDIMENTO E SUSPENSÃO

- **Não** corre a prescrição:
  - Entre:
    - Cônjuges → na constância da sociedade conjugal
    - Ascendentes e → durante o poder familiar
    - Descendentes → durante a tutela/curatela
    - Tutelados/curatelados → durante a tutela/curatela
  - Contra os:
    - Absolutamente incapazes
    - Ausentes do país em serviço público
    - Que estiverem servindo as Forças Armadas em tempo de guerra

# prescrição

## INTERRUPÇÃO

- Só pode ocorrer **uma vez**.
- O prazo se **reinicia**.  
(Anula-se o prazo já transcorrido)
- Por qualquer **interessado**.

## HIPÓTESES

1. Despacho do juiz (mesmo incompetente) que ordenar a citação.
  2. Protesto
  3. Protesto cambial
  4. Apresentação do título de crédito
  5. Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor
  6. Qualquer ato inequívoco (ainda que extrajudicial) de reconhecimento do direito pelo devedor
- Em regra, os efeitos são **pessoais**.  
(Não afetam os demais)
  - Exceções:
    - Solidariedade { ativa  
passiva
    - Em obrigações/direitos **indivisíveis**: a interrupção contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os demais.
  - **Devedor** principal e **fidor**.

A suspensão da prescrição contra um dos credores solidários só aproveita aos outros se a obrigação for indivisível.

# PRESCREICÃÃO

---

## = PRINCIPAIS PRAZOS =

### 1 ANO

- Pagamento de **hospedagem e alimentos**.
- Segurado ↔ segurador.
- Tabeliães, auxiliares da justiça, árbitros e peritos.  
(Emolumentos, custas e honorários)
- Pretensão contra os peritos pela **avaliação dos bens** que entraram para o **capital social** das S.A.s.
- Credores ✗ Sócios  
não pagos acionistas  
liquidantes

### 3 ANOS

- Pretensão relativa a **aluguéis**.
- Receber **prestações vencidas** de rendas. (Temporárias/vitalícias)
- Haver **juros, dividendos** e outras prestações acessórias.
- Pretensão de resarcimento de **enriquecimento sem causa** e **reparação civil**.
- Haver o pagamento de **títulos de crédito**.

### 2 ANOS

- Pretensão para haver **prestações alimentares**. (Da data em que vencerem)

### 4 ANOS

- Pretensão relativa à **tutela**.  
(Da data da aprovação das contas)

### DICAS!

- São listados nos arts. 205 e 206 do Código Civil. (Os demais prazos são decadenciais)
- São sempre em anos.

### 5 ANOS

- Pretensão de **cobrança** de **dívidas líquidas**.
- Pretensão dos **profissionais liberais** em geral, **procuradores judiciais**, **curadores** e **professores** por seus **honorários**.
- Pretensão do **vencedor** para haver do vencido o que **despendeu** em juízo.

# DECADÊNCIA

decadência  
= PRINCIPAIS PRAZOS =

## 180 DIAS

- Pleitear a **anulação** de negócio jurídico concluído pelo **representante** em **conflito** com o **representado**.  
(Da conclusão do N.J. ou cessação da incapacidade)
- Requerimento de declaração de ausência + abertura provisória da sucessão:

## 1 ANO

- Se o ausente **não** deixou representante/procurador.

## 3 ANOS

- Se o ausente deixou representante/procurador.

## DICAS!

- Estão **espalhados** pelo C.C.  
(São inúmeros)
- Podem ser em dias, meses, anos...

## 2 ANOS

- Pleitear a **anulação** de negócio jurídico, quando a **lei** dispuser que é anulável, **sem** estabelecer **prazo**.  
(Da data de conclusão do ato)

## 3 ANOS

- O direito de **anular** a **constituição** da **pessoa jurídica** por **defeito** no **ato** constitutivo.  
(Da publicação de sua inscrição no registro)

## 4 ANOS

- Pleitear a **anulação** de negócio jurídico, **contado**, no caso de:
  - Coação → do dia em que ela cessar
  - Erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão → do dia em que se realizou o N.J.
  - Atos de incapazes → do dia em que cessar a incapacidade.

# ATOS ILÍCITOS

## ASPECTOS GERAIS

- É um **fato jurídico**, mas não um **ato jurídico**.
- Relacionado à responsabilidade civil **extracontratual** (Ou aquiliana)  
↳ O abuso de direito também.

ATO ILÍCITO	ABUSO DE DIREITO
<ul style="list-style-type: none"><li>• O agente, por <b>ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia</b> pratica ato <b>contra o direito</b>, com ou sem a intenção manifesta de prejudicar, mas ocasiona <b>prejuízo a outrem</b>. ↳ Ainda que exclusivamente moral (Viola direito e causa dano)</li><li>• Surge a <b>responsabilidade civil</b>: ↳ De reparação do dano (E não de "punir" o agente)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Quando o <b>titular do direito</b> excede manifestamente os limites impostos por:<ul style="list-style-type: none"><li>• Seu fim econômico/social</li><li>• Boa-fé</li><li>• Bons costumes</li></ul></li><li>• O <b>objeto</b> do ato jurídico é <b>lícito</b>, mas perde sua licitude na execução.</li><li>• A <b>responsabilidade</b> é objetiva (independe de culpa) ↳ Critério objetivo-finalístico</li></ul>

# ATOS ILÍCITOS

= EXCLUDENTES DE ILICITUDE =

## LEGÍTIMA DEFESA

- = Com uso **moderado** de meios necessários, repelir **injusta** agressão
  - a direito { atual ou iminente
  - { seu ou de outrem
- Cabe indenização ao prejudicado:
  - Excessos na defesa
  - Legítima defesa putativa ("Imaginária")

## EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO

- = Exercício de um **direito reconhecido**.  
(não fere o Direito)



ATENÇÃO!

Se houver abuso de direito, será ilícito.

## ESTADO DE NECESSIDADE

- = Quando, a fim de remover **perigo iminente**, o indivíduo ofender **direito alheio**.
  - Deterioração/destrução de coisa alheia ou
  - Lesão a pessoa
- Somente quando:
  - As circunstâncias o tornarem absolutamente necessário.
  - Não exceder os limites do necessário para remoção do perigo
- Se a pessoa lesada ou o dono da coisa não forem culpados do perigo, terão direito à **indenização** do prejuízo.
- Se for **culpa de terceiro**, o autor do dano terá contra ele direito de regresso.



A que não  
deu causa



# RESPONSABILIDADE CIVIL

=ELEMENTOS=

## CULPA

- Fato lesivo **voluntário** ou
- Conduta humana
  - Ação ou **omissão voluntária**
  - negligência ou
  - imperícia

Em regra, a **indenização** mede-se pela **extensão do dano**, mas a culpa pode ser analisada:

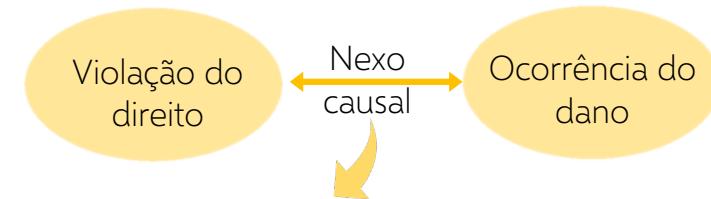
- Se houver **excessiva desproporção** entre a gravidade da culpa e o dano, o **juiz** pode **reduzir equitativamente** a indenização
- Se a **vítima concorrer** culposamente para o dano → a indenização será fixada **confrontando** a culpa da vítima com a do autor do dano.

- A responsabilidade **independe de culpa**:
  - Nos casos previstos em lei
  - Quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor implicar, por sua natureza, risco para o direito de outrem.

## DANO

- Não há responsabilidade civil **sem** ocorrência de dano.
- O dano pode ser:
  - Patrimonial
  - Moral (Extrapatrimonial)

## NEXO DE CAUSALIDADE



Fica **afastado** em casos de:

- Culpa exclusiva da vítima
- Excludentes de ilicitude  
(Legítima defesa, estado de necessidade, exercício regular de direito)
- Caso fortuito e força maior

# Responsabilidade cível

## = CLASSIFICAÇÕES =

### QUANTO A SEU FUNDAMENTO

#### RESPONSABILIDADE SUBJETIVA

- Pressupõe a culpa (Em sentido amplo) como elemento necessário (Fundamento)
- É a Teoria Clássica.

#### RESPONSABILIDADE OBJETIVA

- Fundamenta-se no risco, no dano.
- Independe de culpa! (Basta dano + nexo causal)

### QUANTO A SEU FATO GERADOR

#### RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

- Oriunda de inexecução de um negócio jurídico 

unilateral	{	bilateral
------------	---	-----------
- Relacionada, principalmente ao inadimplemento de uma obrigação.

#### RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL

##### • Aquiliana

- Oriunda da inobservância de lei.
  - Sem que haja, entre as partes, qualquer relação jurídica.
- Relacionada à lesão a um direito.

# responsabilidade civil

= COMPLEXA OU INDIRETA =



**POR FATO DE TERCEIRO**

RESPONSÁVEL	AUTOR DO DANO
País *	Filhos menores sob sua autoridade e em sua companhia
Tutor e curador	Pupilos e curatelados sob sua autoridade e em sua companhia
Empregador ou comitente	Empregados, serviços e prepostos (No exercício do trabalho, ou em razão dele)
Donos de hotéis, hospedarias, etc., onde se albergue por dinheiro (Mesmo que para fins de educação)	Hóspedes, moradores e educandos
Quem gratuitamente participar do produto do crime	Autor do crime

- **Incapaz** responde pelos prejuízos que causar se seus responsáveis:
    - Não tiverem obrigação de fazê-lo, ou
    - Não dispuserem de meios suficientes
- ☞ Tal indenização:
- Será equitativa
  - Não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou quem dele dependa.

\* O menor responderá solidariamente se (e somente se) for emancipado.

# Responsabilidade civil

= COMPLEXA OU INDIRETA =

## POR FATO DE ANIMAL

- O { dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado  
Se não provar:
  - Culpa da vítima ou
  - Força maior

## POR FATO DE COISA

1. Empresários individuais + empresas respondem por danos causados pelos **produtos postos em circulação**.  
Independentemente de culpa  
(Responsabilidade objetiva)
  - Outros casos → lei especial
2. O dono de edifício/construção responde pelos **danos** que resultarem de sua **ruína**.  
Se provier de **falta de reparos**, cuja **necessidade** fosse manifesta.
3. Aquele que **habitar** um prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em local indevido.

# OBRIGAÇÕES

= CLASSIFICAÇÕES =



## ASPECTOS GERAIS



Objeto = prestação

Pode ser: • De dar • De fazer • De não fazer

## OBRIGAÇÕES DE FAZER

- Atos positivos ou prestação de serviços.
- Tipos:
  - Personalíssima  
Seu inadimplemento pode acarretar na obrigação de indenizar perdas e danos
  - Impessoal (fungível)  
Havendo mora ou recusa, o credor pode mandar terceiro executar à custa do devedor (sem prejuízo de indenização)
  - Declaração de vontade

## OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER

= Abster-se.

Prática do ato = inadimplemento  
O credor pode exigir o seu desfazimento, ou desfazer à suas custas → o culpado deve ressarcir perdas e danos

- Extingue-se se, sem culpa do devedor, tornar-se impossível abster-se do ato.

## OBRIGAÇÕES DE DAR

- = Entregar ou restituir algo ao credor.
- Tipos:

### DAR COISA CERTA

- Coisa determinada.
- Abrange os acessórios, (Ainda que não mencionados) salvo se o contrário resultar { do título ou das circunstâncias

### DAR COISA INCERTA

- Coisa indeterminada, mas determinável.  
Deve indicar, ao menos: gênero e quantidade
- Em regra, quem faz a escolha é o devedor (Concentração)
- Antes da escolha: não pode o devedor declarar perda/deterioração.
- Riscos até a tradição { da coisa → devedor do preço → comprador

# OBRIGAÇÕES

*obrigações*

## = CLASSIFICAÇÕES =



### OBRIGAÇÕES DE DAR

		SEM CULPA DO DEVEDOR	COM CULPA DO DEVEDOR
OBRIGAÇÃO DE DAR	PERECIMENTO (Antes da tradição)	Resolve a obrigação sem perdas e danos	Devedor responde pelo equivalente + perdas e danos
	DETERIORAÇÃO (Antes da tradição)	Resolve a obrigação ou Credor aceita com abatimento de preço	Devedor responde pelo equivalente ou Credor aceita + perdas e danos
OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR	PERECIMENTO (Antes da tradição)	Resolve a obrigação (o credor sofre a perda) Salvo se em mora	Devedor responde pelo equivalente + perdas e danos
	DETERIORAÇÃO (Antes da tradição)	Credor recebe a coisa tal qual se encontre	Devedor responde pelo equivalente + perdas e danos

# OBRIGAÇÕES

= CLASSIFICAÇÕES =



## OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS

- Presumem-se **divididas** em tantas obrigações quanto necessário para cada credor ou devedor existente.

→ A obrigação é rateada entre as partes

## OBRIGAÇÕES INDIVISÍVEIS

- Quando a prestação tem por objeto coisa ou fato **não** suscetíveis de divisão:
  - Por sua natureza
  - Por motivo de ordem econômica
  - Dada a razão determinante do negócio jurídico
- Ex.: obrigação de entregar um carro.
- Perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolva em **perdas e danos**.

→ Causa de:

- Todos os devedores: todos respondem em partes iguais.
- Só um devedor: ele responde por perdas e danos e os demais ficam

## OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS

- Quando há:
    - Mais de um credor = solidariedade ativa
    - Mais de um devedor = solidariedade passiva
- Com direito/obrigado à dívida toda  
(Como se existisse um único credor/devedor)
- Não há fracionamento.
  - Não se **presume**: decorre de { lei ou vontade das partes}

Credor pode exigir a dívida toda

solidariedade ativa

solidariedade passiva



### SOLIDARIEDADE ATIVA:

- Subsiste a solidariedade ainda que se resolva em perdas e danos.
- O credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento, responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

### SOLIDARIEDADE PASSIVA:

- O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, alguns ou todos os devedores.

# OBRIGAÇÕES

## CESSÃO DE CRÉDITO

- Em regra, o credor pode transferir seu crédito **sem anuênciā** do devedor.
- Restrições a esse direito:
  - Lei
  - Natureza da obrigação
  - Convenção entre as partes
- Salvo disposição em contrário, abrange-se todos os acessórios.
- Se ***pro soluto***: o cedente **não** responde pela solvência do devedor  
(Mas responde pela existência do crédito)
- Se ***pro solvendo***: o cedente responde pela solvência do devedor.
- Só tem eficácia em relação ao devedor quando a este for **notificada**.
- Ocorrendo várias cessões → prevalece a que se completar com a **tradição do título** de crédito cedido.
- Crédito se transfere com suas características  
(O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem)

## ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

- **Não** ocorre sem a anuênciā do credor.
- Substitui-se o devedor **sem** alteração na substância do vínculo obrigacional.  
( Salvo se o novo devedor for insolvente e o credor não sabia.)
- O devedor primitivo pode:
  - ser liberado ou
  - manter-se ligado à obrigação
- Escolha do credor
- Salvo assentimento expresso do devedor primitivo, consideram-se **extintas** suas **garantias especiais**.
- **Modos** de assunção de dívida:

### EXPROMISSÃO

Acordo entre o **terceiro** e o **credor**.

### DELEGAÇÃO

Acordo entre o **terceiro** e o **devedor**.

- Primitiva: o terceiro assume toda a dívida.
- Simples/Cumulativa: o terceiro une-se ao devedor na obrigação.

= Cessão de débito.

## QUEM PODE PAGAR

- Devedor
- Qualquer interessado:
  - Se o **credor se opuser**, pode usar os meios conducentes à exoneração do devedor.

↳ O terceiro não interessado também, se o fizer à conta ou em nome do devedor
- Terceiro **não interessado**:
  - Se pagar em seu **próprio nome**, tem direito ao **reembolso**, mas **não** se sub-roga nos direitos do credor.

O pagamento por terceiro com **desconhecimento** ou **oposição** do devedor → não obriga o reembolso se o devedor tinha meios de ilidir a ação.

## A QUEM PAGAR

- { Ao credor ou
- A quem de direito o represente
- ↳ Sob pena de só valer:
  - Depois de por ele ratificado ou
  - Tanto quanto reverter em seu proveito
- O pagamento feito de **boa-fé** ao credor **putativo** é **válido**.  
(Ainda que provado depois que não era credor)

## TEMPO DO PAGAMENTO

- **Não** se ajustando → credor pode exigí-lo época para pagamento **imediatamente**
- Se houver um prazo → Credor só pode exigir o pagamento Presume-se o prazo estipulado em benefício do devedor com o advento do termo

Se o credor o exigir **antes**, é obrigado a:  
(Fora dos casos permitidos em lei – art. 333, CC)

- Esperar o tempo que faltava
- Descontar os juros correspondentes
- Pagar as custas em dobro

## OBRIGAÇÕES = PAGAMENTO =

## LUGAR DO PAGAMENTO

- Em regra, no domicílio do **devedor**.
- ↳ Salvo disposição diversa:
  - De lei
  - Da natureza da obrigação
  - Das circunstâncias
  - Das partes
- Se designados 2 ou mais lugares:  
A **escolha** é do **credor**.

**Quérable** → no domicílio do **devedor**  
(É a regra geral)

**Portable** → no domicílio do **credor**

## PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO

- Referente à obrigação de dar.
- Mediante o **depósito da coisa**.
- Tipos:
  - Judicial
  - Extrajudicial (Só para obrigações de pagar em dinheiro)

## DAÇÃO EM PAGAMENTO

- **Acordo** entre credor e devedor para extinguir a obrigação.
- O credor consente em receber **coisa diversa**.

## PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO

- Transfere a um **novo credor**:
  - Direitos
  - Ações
  - Privilégios
  - Garantias
- da dívida, contra o devedor principal e os fiadores

## OBRIGAÇÕES = ADIMPLEMENTO =

## COMPENSAÇÃO



- Entre dívidas:
- Líquidas
  - Vencidas
  - De coisas fungíveis
- Salvo se de diferente qualidade, fixada em contrato

## CONFUSÃO

- Concentração da qualidade de credor e devedor em uma **única pessoa**. (Confundem-se)

## NOVAÇÃO

- Cria-se uma **nova obrigação** em substituição à anterior.

## IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO

- = A **escolha**, pelo devedor, de qual débito está sendo pago, quando:
- Da mesma natureza
  - Ao mesmo credor
  - Todos forem líquidos vencidos

# OBRIGAÇÕES



## MORA

- = Retardamento/demora no cumprimento da obrigação.
  - Mora *solvendi* → pelo devedor
  - Mora *accipiendo* → pelo credor
- Se por **culpa do devedor**, ele responde por:
  - Perdas e danos
  - Juros e atualização monetária
  - Honorários advocatícios
- Se a prestação em mora tornar-se **inútil** ao credor, ele pode exigir-lá em **perdas e danos**.
- **Constituição em mora** do devedor:
  - Se houver **termo**: pelo mero advento do termo.
  - Se **não** houver termo: por interpretação judicial ou extrajudicial.
- **Purga-se a mora:** (Salda-se)  
(Pode ser feito a qualquer tempo)
  - Do devedor: prestação + prejuízos do dia da oferta
  - Do credor: receber o pagamento + sujeição aos efeitos da mora

## INADIMPLEMENTO

- = Não cumprimento da obrigação.
  - Inadimplência **absoluta** → não pode mais ser cumprida de forma **útil** ao credor.
  - Inadimplência **relativa** → cumprimento imperfeito (Ex.: mora)
- Se por **culpa do devedor**, ele responde por:
  - Perdas e danos
  - Juros e atualização monetária
  - Honorários advocatícios
- Pelo **inadimplemento** das obrigações, respondem **todos os bens** do devedor.
- Se por **{caso fortuito ou força maior}**, o devedor **não responde** pelo prejuízo.  
(Se não tiver expressamente se responsabilizado)

## PERDAS E DANOS

- = A indenização pecuniária ao credor:  
O que ele efetivamente perdeu  
(Dano emergente)
  - + O que razoavelmente deixou de ganhar (Lucros cessantes)
- Nas **obrigações pecuniárias**, se os juros de mora não cobrirem os prejuízos, e não havendo a pena convencional, o juiz pode conceder indenização suplementar.

## ARRAS

- = Sinal (Visa a assegurar o cumprimento da obrigação)
- Em caso de **execução** do contrato:
  - { restituídas ou computadas na prestação}
- Em caso de **não execução** do contrato:
  - Por quem **deu** as arras:  
A outra parte pode tê-lo por desfeito
    - + Retém as arras
  - Por quem **recebeu** as arras:  
A outra parte pode tê-lo por desfeito
    - + Exige a devolução das arras
    - + Equivalente (Com atualização monetária)
    - + Juros
    - + Honorários advocatícios

## OBRIGAÇÕES *obrigações* = INADIMPLEMENTO =

## CLÁUSULA PENAL

- = Obrigação acessória para evitar o descumprimento/mora do principal.
- Estabelece **pena** ou **multa**.
- O devedor incorre nela de pleno direito se **culposamente**:
  - Deixar de cumprir a obrigação
  - Se constituir em mora
- Não é necessário que o credor alegue prejuízo!



O valor da cominação da **cláusula penal** **não** pode ser superior ao da **obrigação**.

## JUROS

- = Rendimento do capital.
- **Tipos:**
  - Convencionais (Pelas partes)
  - Legais (Por lei)
  - Moratórios (Devido ao atraso)
  - Compensatórios (Retribuição ao capital aplicado)
- Juros de mora são devidos **independentemente** de prova ou alegação de **prejuízos** (Basta a própria mora)

# contratos

## = CLASSIFICAÇÕES =

Contratos:

- **Típicos** ( Ou nominados, são regulamentados pelo ordenamento jurídico )
- **Atípicos** ( Seu perfil não se encaixa nas espécies contratuais presentes )

Contratos:

- **Mistas** ( Coexistem obrigações pertinentes a tipos diferentes de contratos, ligados pelo caráter econômico que asseguram )
- **Coligados** ( Coexistem obrigações simplesmente justapostas, sem a ligação de caráter econômico entre elas. )

Contratos:

- **Unilaterais** ( Acarreta obrigações para apenas um dos contratantes )
- **Bilaterais** ( Com obrigações recíprocas - de ambas as partes - )

Contratos:

- **Gratuitos**
  - Não há contraprestações ( Uma parte aumenta seu patrimônio e o da outra diminui )

- **Onerosos**
  - Mútua transmissão ( Visa, reciprocamente, a obter vantagens )

- Tipos:
  - **Comutativos**
    - Têm prestações equivalentes certas determinadas
  - **Aleatórios**
    - A prestação de uma das partes depende de acontecimentos **incertos** e **inesperados**.

Contratos:

- **Individuais** ( Cada uma das partes intervém para convencionar diretamente )
- **Coletivos** ( Estabelecidos por um representante )

Contratos:

- **Impessoais** ( O devedor é "fungível", não importa quem cumpra )
- **Pessoais** ( É uma obrigação personalíssima )

Contratos:

- **Consensuais** ( Requerem, para seu aperfeiçoamento, apenas a conjugação das vontades )
- **Formais** ( Exigem o cumprimento de certas formalidades legais )
- **Reais** ( Exigem a efetiva tradição do objeto do contrato para sua formação )

Contratos:

- **Principais** ( Têm existência autônoma )
- **Acessórios** ( Têm existência condicionada à do principal )

Contratos de:

- **Execução Imediata** ( Adimplida em uma única prestação )
- **Execução Diferida** ( A prestação se dará em termo futuro )
- **Trato Sucessivo** ( Se renova periodicamente com o adimplemento das obrigações )

# contratos

## = VÍCIOS REDIBITÓRIOS =



### ASPECTOS GERAIS

- Defeitos ocultos em coisa recebida em virtude de **contrato comutativo** que:
  - (Ou doações onerosas)
  - A tornam imprópria ao uso a que se destina ou
  - Lhe diminuem o valor
- O adquirente pode:
  - Rejeitar a coisa ou
  - Reclamar abatimento do preço

### CONHECIMENTO PRÉVIO

Alienante <b>já conhecia</b>	→ Restituirá o que recebeu + perdas e danos
Alienante <b>não conhecia</b>	→ Restituirá o que recebeu + despesas do contrato

- A responsabilidade do alienante **subsiste** ainda que a coisa **pereça** (por vínculo oculto prévio) em poder do

### PRAZOS DECADENCIAIS

COISA	PRAZO	INÍCIO DA CONTAGEM
Móvel	30 dias (15 dias, se já estava na posse)	Entrega efetiva ou da alienação (Se já estava na posse)
Imóvel	1 ano (6 meses, se já estava na posse)	

- Se o víncio, por sua natureza, só puder ser **conhecido mais tarde** → o prazo será contado do momento em que dele tiver **ciência**.

→ Prazos máximos:

- Móveis → 180 dias
- Imóveis → 1 ano

- Venda de animais** → prazos estabelecidos em:
  - Lei especial ou, se não houver,
  - Usos locais

Os prazos **não correrão** na constância de **garantia**.

→ Mas o adquirente deve denunciar o defeito ao alienante em até 30 dias da sua descoberta, sob pena de decadência.

## ASPECTOS GERAIS

- = Perda da coisa em virtude de sentença judicial que atribui a outrem por **causa jurídica preexistente** ao contrato.  
(= Vício de direito)

- Nos contratos **onerosos**:

- O **alienante** responde pela evicção.

**Subsiste** essa garantia mesmo na aquisição em **hasta pública**

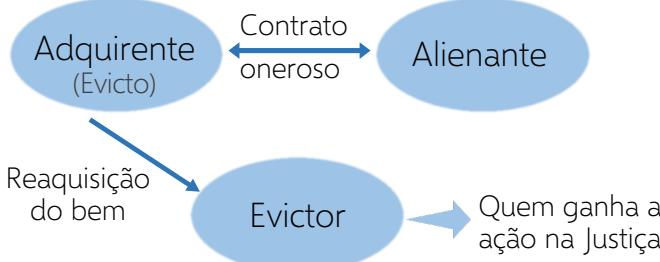
- É uma **garantia** em favor do **adquirente** contra o **alienante**.

- Pode ser:

- Total
- Parcial

Se considerável, o evicto pode optar pela rescisão do contrato ou restituição da parte do preço.

## PARTES



- As partes podem, por cláusula **expressa**:

- Reforçar
- Diminuir
- Excluir

} Responsabilidade  
pela evicção



## contratos = EVICÇÃO =

## DIREITOS DO EVICTO (Salvo estipulação em contrário)

- Restituição integral do preço/do que pagou
- Indenização:
  - Dos frutos que restituir
  - Pelas despesas dos contratos
  - Pelos prejuízos diretos
- **Custas** judiciais + honorários do advogado

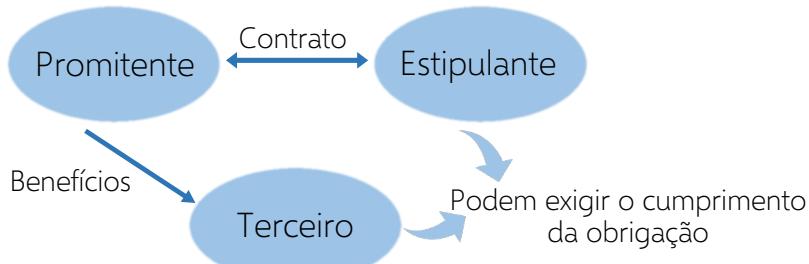
\* Preço = Valor da coisa à época em que se envenceu e proporcional ao desfalcque (Evicção parcial)

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- O adquirente **não** pode demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa
- **Subsiste** para o alienante a obrigação ainda que a coisa alienada esteja **deteriorada**. (Exceto havendo dolo do adquirente)
- **Benfeitorias** necessárias/úteis (Não abonadas ao evicto) serão pagas pelo **alienante**.  
Se tiverem sido pagas pelo alienante, o valor será levado em conta na restituição.

# contratos

## ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS



- O estipulante **pode substituir o terceiro** independentemente da anuência do terceiro e do outro contratante.  
(Por ato entre vivos ou disposição de última vontade)
- Se o terceiro for autorizado a reclamar a execução do contrato, o estipulante **não** poderá exonerar o promitente.

## CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR

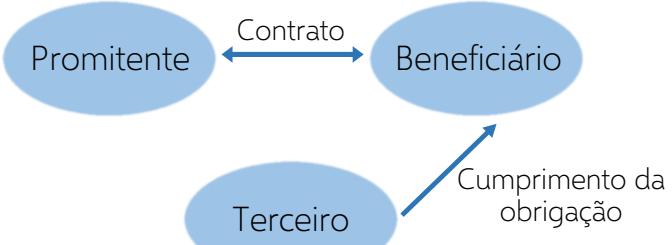
- No momento da conclusão do contrato, uma das partes **pode indicar** a pessoa que deve
 

{ adquirir os direitos (*Ex tunc*)  
 assumir as obrigações

  
 (A indicação deve ser comunicada à outra parte em até 5 dias)
- A **aceitação** da pessoa deve ser feita na mesma forma do contrato (Caso contrário, será ineficaz)

Sendo a **nomeação sem efeito** ou recaíndo sobre **incapaz/insolvente**, o contrato produzirá efeitos apenas entre os contratantes **originários**.

## PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO



- O **promitente** responderá por perdas e danos, em caso de **inadimplemento** do terceiro. (Salvo se o terceiro for cônjuge do promitente)
- Se o **terceiro aceitar** a obrigação, ele deixa de ser estranho à relação jurídica.  
→ O promitente se libertará da responsabilidade.

## DISTRATO

- = Acordo entre as partes para dissolver o contrato anterior.
- Deve ter a **mesma forma** do contrato anterior.

## CLÁUSULA RESOLUTIVA

- = Rescinde o contrato por **inadimplemento** de uma das partes.

Expressa	Opera de pleno direito (automaticamente)
Táctica	Depende da interpelação judicial

- A parte **lesada** pode:
  - Pedir resolução do contrato
    - + perdas e danos
  - Exigir seu cumprimento
    - + perdas e danos

## ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL

- = **Não** se deve considerar resolvida a obrigação quando a atividade do devedor **aproximar-se consideravelmente** do seu resultado final (Embora não atingindo plenamente o fim)
- **Não** está previsto de forma expressa no **Código Civil**.

## EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO

- = Nos contratos **bilaterais**, nenhum dos contratantes pode exigir o implemento da obrigação do outro **antes** de cumprida sua própria.
- Tem sido bastante usada em contratos de **seguros**.

# CONTRATOS

## = EXTINÇÃO =

## RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA

- = Se a prestação de uma das partes de tornar **excessivamente onerosa**, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos
  - Extraordinários e
  - Imprevisíveis,poderá o devedor pedir a **resolução do contrato**.
- Os efeitos da sentença **retroagirão** à data da citação.
- Nos contratos de execução {diferida ou continuada}

# contratos

## = COMPRA E VENDA =



### ASPECTOS GERAIS



- Quando **pura**, será obrigatória e perfeita desde que as partes acordarem no **objeto** e **preço**.
- O **objeto** deve ter existência **real** ou **potencial**.

### OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- É **nulo** o contrato de compra e venda quando se deixa a fixação do **preço** ao **arbítrio exclusivo** de uma das partes.

DESPESA	RESPONSÁVEL
De escritura e registro	Comprador
De tradição	Vendedor

- Até o momento da **tradição**:

RISCOS	RESPONSÁVEL
Da coisa	Vendedor
Do preço	Comprador

### CLÁUSULAS ESPECIAIS (Estarão presentes caso as partes consintam)

#### RETRONDA

- Vendedor de **coisa imóvel** pode reservar o direito de **recobrá-la**:
  - Restituindo o preço recebido
  - + Reembolsando as despesas do comprador
  - No prazo máximo de **3 anos**

#### VENDA A CONTENTO

- Realizada sob **condição suspensiva**.  
Reputa-se perfeita quando o adquirente manifestar seu agrado. (Personalíssimo)

#### PREEMPÇÃO (Ou preferência)

- Impõe ao comprador a **obrigação de oferecer ao vendedor** a coisa que aquele vai vender ou dar em pagamento.  
Prazo para exercer o direito { Móveis: ≤ 180 dias  
Imóveis: ≤ 2 anos}
- Se desrespeitado, o comprador responde por **perdas e danos**. (Também o adquirente, se agiu de má-fé)

#### VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO

- Na venda de coisa **móvel**.
- O vendedor pode **reservar** para si a **propriedade**, até que o preço esteja **integralmente pago**.
- Será estipulada **por escrito**.
- Depende de registro para **valer contra terceiros**.

#### VENDA SOBRE DOCUMENTOS

- A tradição da coisa é substituída pela entrega de seu **título** representativo + outros **documentos** exigidos.

Pagamento → data e lugar da entrega dos documentos

## ASPECTOS GERAIS



- Para que a doação ocorra, é necessário que o donatário a **aceite**. (De forma expressa ou tácita.)
- A doação feita ao nascituro valerá se aceita por seu representante legal.
- Donatário incapaz: dispensa-se a aceitação se doação pura.
- É um negócio jurídico **bilateral**  
(Duas partes manifestam sua vontade)
- Mas é um contrato **benéfico e unilateral**  
(Impõe responsabilidades a apenas uma parte)

## FORMA

- Por {
  - escritura pública ou
  - instrumento particular
}
- Doação **verbal** será válida se:
  - Sobre bens **móveis** de **pequeno** valor
  - Seguida *incontinenti* da tradição

## ESPÉCIES DE DOAÇÕES

- Doação pura e simples
- Condicionais (Art. 546)
- A termo
- Com encargo, modal ou onerosa
- Remuneratória e por merecimento (Art. 540)
- Com cláusula de reversão (Art. 547)

## CONTRATOS = DOAÇÃO =

## REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO

- Hipóteses:
  - Por **ingratidão** \* do donatário, se este:
    - Atentou contra a vida do doador ou praticou homicídio doloso
    - Cometeu ofensa física
    - O injuriou gravemente
    - Recusou alimentos ao doador
  - Por **inexecução** do encargo
- O direito de revogação **não**:
  - Se transmite aos herdeiros do doador
  - Prejudica os do donatário.
- \* **Não** se revogam por ingratidão as doações:
  - Puramente remuneratórias
  - Oneradas com encargos já cumpridos
  - Que se fizerem em cumprimento de obrigação natural
  - Feitas para determinado casamento

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Doações de **ascendentes** a **descendentes**:
  - = Adiantamento da herança.
- Doações em formas de **subvenções periódicas** extinguem-se com a morte do doador ou outro termo.  
(Não pode ultrapassar a vida do donatário)

## ASPECTOS GERAIS

- Alguém entrega, de forma **gratuita**, uma coisa a outra pessoa, que tem obrigação de **devolver**:
  - A mesma coisa ou
  - Outra de mesma **espécie** ou **quantidade**
- Formas:
  - Comodato (Empréstimo de uso)
  - Mútuo (Empréstimo de consumo)

## COMODATO

- Sobre coisas:
  - Infungíveis
  - Móveis ou imóveis
- Perfaç-se com a **tradição** do objeto.



- Prazo:
  - Convencional ou
  - O necessário para o uso concedido
- O comodatário **não** poderá recobrar do comodante as **despesas** feitas com uso e gozo da coisa.

## contratos = EMPRÉSTIMO =

### MÚTUO



- Sobre coisas **fungíveis**.  
Pressupõe transferência de domínio
- Prazo:
  - Até a próxima colheita (**Produtos agrícolas**)
  - $\geq 30$  dias (**Dinheiro**)
  - Tempo declarado pelo mutuante (**Outras coisas fungíveis**)
- O mutuante pode **exigir garantia** da restituição, se o mutuário sofrer notória mudança em sua situação econômica.
- Se destinado a **fins econômicos**, presumem-se devidos **juros**.

# contratos

## → EMPREITADA

- Objeto = obra (Não o trabalho)
- É um contrato **de resultado**
- Pagamento = em função da obra
- **Não** há subordinação do empreiteiro ao contratante → pode realizar a obra como achar melhor
- Empreiteiro pode contribuir com:
  - Seu trabalho
  - Trabalho + materiais (Não se presume)
- Características:
  - Bilateralidade ( Traz obrigações a ambos os contratantes )
  - Onerosidade ( Mediante pagamento )
  - Consensualidade ( Mediante acordo entre as partes )
- Se qualquer das partes **não** souber ler/escrever: o contrato pode ser assinado a rogo + 2 testemunhas.
- Retribuição:
  - Estipulada em contrato ou
  - Arbitrada segundo:
    - Costume do lugar
    - Tempo do serviço
    - Qualidade
  - Pagamento → depois de prestado o serviço  
Se por convenção/costume não tiver de ser adiantada ou paga em prestações
- Desobriga-se o empreiteiro com a verificação da obra.
- O dono é **obrigado a receber** a obra se concluída de acordo com o **ajuste** ou o **costume** do lugar  
(Mas pode rejeitá-la se o empreiteiro se afastou das instruções/planos/regras)
- **Não** se extingue o contrato pela **morte** de qualquer das partes ( Salvo se ajustado como personalíssimo )

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



- Características:
  - Bilateralidade ( Traz obrigações a ambos os contratantes )
  - Onerosidade ( Mediante pagamento )
  - Consensualidade ( Mediante acordo entre as partes )
- Se qualquer das partes **não** souber ler/escrever: o contrato pode ser assinado a rogo + 2 testemunhas.
- Retribuição:
  - Estipulada em contrato ou
  - Arbitrada segundo:
    - Costume do lugar
    - Tempo do serviço
    - Qualidade
  - Pagamento → depois de prestado o serviço  
Se por convenção/costume não tiver de ser adiantada ou paga em prestações

## ASPECTOS GERAIS



- = Contrato que **outorga poderes** para que outra pessoa aja em seu lugar, em seu nome.
- Os poderes conferem-se por **lei** ou pelo **interessado**.
- Pode ser {expresso ou tácito verbal ou escrito}

## CARACTERÍSTICAS

- Típico
- Nominado
- Personalíssimo
- Consensual

## INSTRUMENTO

- = **Procuração**.  
Desde que tenha a assinatura do outorgante
- Pode ser por instrumento **particular**, por qualquer pessoa capaz.
- Instrumento particular **deve conter**:
  - Lugar
  - Qualificação das partes
  - Data e objetivo da outorga
  - Designação/extensão dos poderes
- A outorga está sujeita à **forma** exigida

# contratos = MANDATO =



### ATENÇÃO!

Mesmo se outorgado por instrumento **público**, pode ser o mandato **substabelecido** por instrumento **particular**.

## OBRIGAÇÕES DO MANDATÁRIO

- Aplicar sua **diligência** habitual.
- **Indenizar** qualquer prejuízo causado por culpa sua ou daquele a quem substabelecer poderes que deveria exercer pessoalmente.
- **Prestar contas** ao mandante.
- **Concluir o negócio** já começado, se prejuízo na demora.

Mesmo ciente de morte, interdição ou mudança de estado do mandante

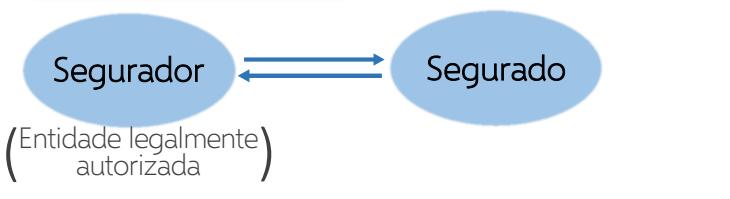
## OBRIGAÇÕES DO MANDANTE

- Satisfazer todas as **obrigações** contraídas pelo mandatário
  - + Adiantar a importância das despesas necessárias à sua execução.
- Pagar a **remuneração** ajustada, ainda que não surta o efeito esperado. (Salvo culpa do mandatário)
- **Ressarcir** ao mandatário as perdas que este sofrer com a execução do mandato. (Salvo culpa/excesso de poder do mandatário)

## EXTINÇÃO DO MANDATO

- Cessa o mandato pelo(a):
  - (Lista exemplificativa)
    - Revogação/renúncia
    - Morte/interdição de uma das partes
    - Mudança de estado que inabilite o mandante a conferir poderes ou o mandatário a exercer poderes.
  - Término do prazo ou conclusão do N.J.

## ASPECTOS GERAIS



- **Objeto** = garantia do interesse legítimo do segurado sobre uma **pessoa/coisa** perante o segurador, mediante o pagamento de prêmio.
- É **nulo** o contrato proveniente de ato **doloso** do segurado, beneficiário ou representante.
- **Não** terá direito à indenização o **segurado** que estiver em **mora** no pagamento do prêmio. (Se ocorrer o sinistro antes de sua purgação)

## CARACTERÍSTICAS

- Bilateral
- Aleatório
- De adesão
- De adesão continuada
- Subordinado à boa-fé
- Oneroso
- Consensual

## DOCUMENTOS

- O contrato de seguro **prova-se** com a exibição de:
  - Apólice ou bilhete de seguro ou (Nominativo, à ordem ou ao portador)
  - Documento comprobatório do pagamento do seguro.
- A emissão da apólice deverá ser precedida de **proposta escrita** com declaração dos elementos

## CONTRATOS = SEGURO =

## SEGURO DE DANO

- A **garantia** não pode ultrapassar o valor do interesse segurado na conclusão do contrato.
- A **indenização** não pode ultrapassar:
  - Valor do interesse segurado no momento do sinistro
  - Limite máximo da garantia da apólice.
- **Não** se inclui na garantia o sinistro provocado por **vício intrínseco** da coisa **não declarado** pelo segurado.

## SEGURO DE PESSOA

- **Objeto** = pessoa.  
Proteção contra riscos de:
  - Morte
  - Incapacidades
  - Acidentes
  - Comprometimento de saúde
- O proponente **pode** contratar **mais de um** seguro sobre o mesmo interesse.  
(Com o mesmo ou diversos seguradores)
- É **nula** qualquer transação para pagamento **reduzido** do capital segurado.
- A apólice/bilhete **não** podem ser ao portador
- No seguro de vida:
  - O prêmio será convencionado por **prazo limitado** ou por toda a vida.
  - É **lícito** estipular-se prazo de **carência**.

## ASPECTOS GERAIS

- = O **fiador garante** satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor (afiançado), caso este **não a cumpra**.
- É um contrato de **garantia**
- Pode-se estipular a fiança, ainda que:
  - Sem o consentimento do devedor
  - Contra sua vontade
- O fiador pode **opor** ao credor as **exceções** que lhe forem **pessoais**.

## EXTINÇÃO

- O fiador, ainda que solidário, ficará **desobrigado** se:
  - Sem consentimento seu, o credor conceder moratória ao devedor.
  - Por fato do credor, for impossível a sub-rogação nos seus direitos ou preferência.
  - O credor, em pagamento da dívida, aceitar do devedor objeto diverso.  
(Ainda que depois o perca por evicção)

## contratos = FIANÇA =

## CARACTERÍSTICAS

- Garantia **pessoal** ou **fidejussória**.  
→ todo o patrimônio do fiador responde pela dívida.
- Contrato **acessório**
- Ato unilateral (Só gera obrigações)  
ao fiador
- Gratuito (em regra)
- *Intuitu personae*
- Formal (Deve ser por escrito e não admite interpretação extensiva)
- Pode ser elaborada a qualquer momento

## EFEITOS

- O **fiador** demandado pelo pagamento tem **direito a exigir**, até a contestação da lide, que sejam **primeiro executados** os bens do **devedor** (Benefício de ordem)
- **Cofiadores** (mais de um fiador) são **solidários** entre si.  
(O credor pode demandar qualquer um deles)
- O **fiador** que pagar integralmente a dívida fica **sub-rogado** nos direitos do credor, mas só pode demandar **cada fiador** por sua respectiva **quota**.

## CONCEITO

### DIREITO PESSOAL



### DIREITO REAL



- Direitos reais são constituídos por **lei**.
- Segundo o **Código Civil**, são direitos reais:
  - propriedade      • superfície
  - servidões        • usufruto
  - uso                • habitação
  - direito do promitente comprador do imóvel
  - penhor
  - hipoteca }      **direitos reais de garantia**
  - anticrese
  - concessão de uso especial para fins de moradia
  - concessão de direito real de uso
  - a laje
  - a concessão de direito real de uso
  - os direitos oriundos da imissão provisória na posse (concedida à União, aos Estados, ao DF, aos municípios ou às suas entidades delegadas) e a respectiva cessão e promessa de cessão

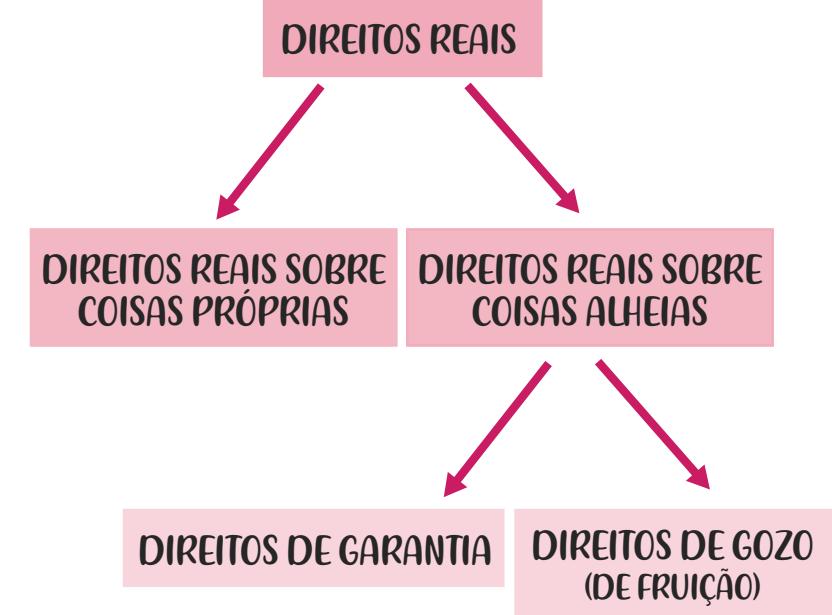


Lei 14.620/2023

O Código Civil **não** lista a "posse" como direito real! **PEGADINHA!**

# DIREITOS REAIS

## CLASSIFICAÇÕES



# DIREITOS REAIS

*direitos reais*

## = CLASSIFICAÇÕES DA POSSE =



### QUANTO AO DESDOBRAMENTO DA POSSE

#### POSSE DIRETA (IMEDIATA)

- A pessoa possui a coisa materialmente.
- **Ex.:** locatário.

#### POSSE INDIRETA (MEDIATA)

- Exercida através de outra pessoa.
- **Ex.:** locador.

#### IMPORTANTE!

- **A posse direta** de quem tenha a coisa em seu poder temporariamente (<sup>Em virtude de direito pessoal ou real</sup>) **não anula a indireta**, de quem aquela foi havida.
- O possuidor direto pode defender sua posse contra o indireto.

Salvo prova em contrário, a posse mantém o mesmo caráter com que foi adquirida

### QUANTO À PRESENÇA DE VÍCIOS OBJETIVOS

#### POSSE JUSTA

- = Posse limpa
- A que **não** for **violenta**, **clandestina** ou **precária**.

#### POSSE INJUSTA

(Pode ser defendida contra terceiros)

- = Adquirida de forma **violenta**, **clandestina** ou **precária**.

#### POSSE VIOLENTA

- = Obtida através de **esbulho**. (Força física ou moral)

#### POSSE CLANDESTINA

- = Obtida **às escondidas**, de forma oculta.

#### POSSE PRECÁRIA

- = Obtida com **abuso de confiança**.
- Como "esbulho pacífico" ou estelionato.
- **Ex.:** locatário de coisa móvel que não a devolve no final do contrato.

# DIREITOS REAIS

## = CLASSIFICAÇÕES DA POSSE =

### QUANTO À BOA-FÉ SUBJETIVA

Importante quanto à percepção de frutos, retenção de benfeitorias e responsabilidade dos envolvidos

#### POSSE DE BOA-FÉ

- = Se o possuidor **ignora o vício** que impede a aquisição.
- Possuidor com justo título → tem a **presunção** de boa-fé.

E enquanto o ignorar

#### POSSE DE MÁ-FÉ

- = O possuidor tem conhecimento da **ilegitimidade** da sua posse.

### QUANTO AO TEMPO DA POSSE

#### POSSE NOVA

- = Tem **até 1 ano**.

#### POSSE VELHA

- = Tem **1 ano e 1 dia** ou mais.

### QUANTO À PRESENÇA DE TÍTULO

#### POSSE COM TÍTULO

- = O possuidor tem um documento.

#### POSSE SEM TÍTULO

- = O possuidor **não** tem uma causa representativa da transmissão do domínio.

## DIREITO DE DEFESA DA POSSE

### INTERDITOS POSSESSÓRIOS

CAUSA	AÇÃO
Ameaça (Risco iminente de perda da posse)	Ação de interdito proibitório
Turbação (Ataques constantes)	Ação de manutenção da posse
Ebulho (Efetiva perda do bem)	Ação de reintegração de posse

- O possuidor turbado/esbulhado **pode** por **sua própria força**, desde que:
  - O faça logo
  - Limite-se ao indispensável
- A **alegação de propriedade** ou de outro direito sobre a coisa **não obsta** à manutenção/reintegração da posse.

## DIREITO DE PERCEBER OS FRUTOS

### POSSUIDOR DE BOA-FÉ

- Tem direito aos fruto percebidos, enquanto ela durar. Deve **restituir**:
  - Frutos pendentes quando cessar a boa-fé
    - despesas de produção/custeio.
  - Frutos colhidos por antecipação.

## DIREITOS REAIS

### = EFEITOS DA POSSE =

## DIREITO DE RETENÇÃO SOBRE BENFEITORIAS

### POSSUIDOR DE BOA-FÉ

- Benfeitorias **necessárias e úteis**:
  - Tem direito à indenização (Valor atual)
  - Pode retê-las se não indenizadas
- Benfeitorias **voluptuárias**:
  - Tem direito à indenização (Valor atual)
  - Pode levantá-las, se não forem pagas (Se não prejudicar a coisa ao serem recolhidas)

### POSSUIDOR DE MÁ-FÉ

- Não** tem direito de **retenção**.
- Tem direito a **indenização** (Valor atual ou custo) somente pelas benfeitorias **necessárias**.

### POSSUIDOR DE MÁ-FÉ

- Responde por todos os frutos colhidos/percebidos + pelos que deixou de perceber por culpa sua.
- Tem direito às despesas de produção e custeio.

## DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

### USUCAPIÃO (Originária)

Tempo mínimo de posse	Hipótese
15 anos	Regra geral (Independente de título e boa-fé)
10 anos	Moradia do possuidor ou obras/serviços produtivos
5 anos	Zona rural $\leq 50\text{ha}$ + Subsistência ou trabalho + Não ter outro imóvel
5 anos	Zona urbana $\leq 250\text{m}^2$ + Para moradia + Não ter outro imóvel
2 anos	Zona urbana $< 250\text{m}^2$ + Posse exclusiva + Antes dividia com ex-cônjuge ou companheiro que o abandonou

### DA AQUISIÇÃO PELO REGISTRO DO TÍTULO (Derivada)

- A aquisição da propriedade imóvel só se opera com o registro do título no Cartório de **Registro de Imóveis** (Não basta o simples)

Enquanto não se registrar o título, o alienante continua como dono do imóvel.

### DA AQUISIÇÃO POR ACESSÃO (Originária)

- Pode ser
  - por fato natural
  - artificialmente
    - Por formação de ilhas
    - Por aluvião
    - Por abandono de áveo
    - onstruções

# DIREITOS REAIS

## = AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE =

### DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL

#### USUCAPIÃO (Originária)

- Posse mansa e pacífica por  $\geq 3$  anos
  - + Justo título e boa-fé.
- Posse mansa e pacífica por  $\geq 5$  anos
  - Independentemente de justo título e boa-fé.

#### ESPECIFICAÇÃO (Derivada)



Pertencerá a quem trabalhou  
Se a matéria-prima for 100% alheia, será do especificador de boa-fé.

#### CONFUSÃO, COMISSÃO E ADJUNÇÃO

(Mistura de líquidos) (Mistura de sólidos) (Aderência de uma coisa a outra)

- Coisas pertencentes a **diversos donos** se misturadas, confundidas e adjuntadas **sem seu consentimento**:
  - Separáveis → continuam a pertencer-lhes
  - Inseparáveis → cada um terá quinhão proporcional ao que tinha

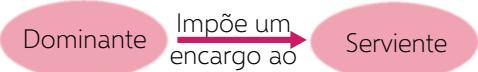
#### TRADIÇÃO (Derivada)

- "Propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição".
- Entrega da coisa.
- Há casos em que é presumida.

## DA SUPERFÍCIE

- = Concessão pelo proprietário a terceiro, por tempo **determinado** (Código Civil) ou **indeterminado** (Estatuto da Cidade), para que utilize a propriedade para **construir** ou **plantar**.
- Pode ser **gratuita** ou **onerosa**.
- Mediante **escritura pública** registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- Em regra, **não** admite obras no **subsolo**.

## DAS SERVIDÕES

- = Direito de gozo, entre dois prédios.  

- Ex.: servidão de passagem.
- Pode ser resultado de:
  - Vontade
  - Contrato
  - Testamento
- Deve ser levada a **registro**  
 (Só se extingue com respeito a terceiro quando cancelada)
- O dono da servidão pode fazer todas as **obras** necessárias  
 (Pelo dono do prédio dominante)

## DO USUFRUTO

- = Concessão a terceiro de direito de usar e **fruir** das **utilidades** e **frutos** de forma **temporária**, com **obrigação de conservar** a substância do bem.
- Sobre bens **móveis** ou **imóveis** (Mediante registro no C.R.I.)

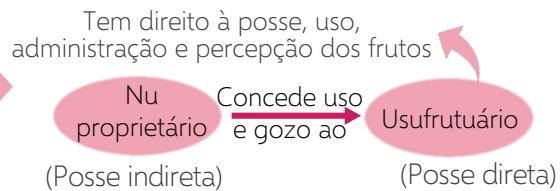
## DIREITOS REAIS = SOBRE COISAS ALHEIAS =

### DO USO

- = Concessão a terceiro de **direito de usar** a coisa e dela retirar todas as utilidades para atender a suas necessidades e de sua **família**.  
 Cônjuges, filhos solteiros, pessoas de seu serviço doméstico
- Proprietário → Concede uso → Usuário
- Mais limitado que o usufruto
- Aplicam-se, no que não for contrário, as disposições relativas ao **usufruto**.

### DA HABITAÇÃO

- Gratuitamente
- Direito **personalíssimo** de morar em um imóvel.
- Seu exercício **não** pode ser transferido.



Não se pode transferir o usufruto por alienação, mas seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso

- Proprietário → Concede uso → Habitante
- Constituído mediante **registro** no Cartório de Reg. de Imóveis.
- Aplicam-se, no que não for contrário, as disposições relativas ao **usufruto**.

## ASPECTOS GERAIS

- Vinculam uma **coisa** a uma **obrigação**
- Tipos:
  - Penhor
  - Anticrese
  - Hipoteca
- Somente por **aquele que pode alienar** o bem.
- Somente bens **alienáveis**.
- Coisa comum a  $\geq 2$  proprietários:
  - **Não pode** ser dada em garantia em sua totalidade **sem** o consentimento de todos.
  - Cada um **pode** individualmente dar em garantia real sua parte.
- Em regra, o pagamento de  $\geq 1$  **prestações** da dívida **não** importa exoneração correspondente da garantia.  
(Salvo disposição expressa no título ou quitação)
- Especialização → requer a descrição do bem e os requisitos da dívida.
- **Após o vencimento:** o devedor poderá dar a coisa em pagamento da dívida.
- **É nula a "cláusula comissória".**  
(Que autoriza o credor a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento)

## PENHOR

- Constitui-se pela **transferência** efetiva da **posse** (tradição).
- No penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas continuam em poder do devedor

Devedor

Dá a coisa

Credor

Vínculo real a seu cumprimento

## ANTICRESE

- Transfere a posse do imóvel ao **credor** para que este **perceba**, em compensação da dívida, os **frutos e rendimentos**.  
O direito de retenção extingue-se após **15 anos** de sua constituição.
- Constituído por instrumento público ou particular + registro.
- Atualmente está em **desuso**.

## HIPOTECA

- Direito **real** sobre:
  - Coisa **móvel** e acessórios
  - Domínio direto • Domínio útil
  - Estradas de ferro • Recursos naturais
  - Navios e aeronaves (Conforme lei especial)
  - Direito de uso especial para moradia
  - Direito real de uso
  - Propriedade superficiária
- Características:
  - Acessorialidade
  - Indivisibilidade
  - Publicidade
  - Especialidade
- **Não** há transmissão da **posse** da coisa.
- **É nula** a cláusula que **proíbe** ao proprietário **alienar** imóvel hipotecado.  
(Pode convencionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado)

DIREITOS  
REALIS  
= DE GARANTIA =

Direito **real** sobre coisa  
**móvel** ou **mobilizável**.  
em natureza **acessória**.

## ASPECTOS GERAIS

- Tipos:
  - Consanguíneo/natural (Decorre de vínculo biológico, de sangue)
  - Por afinidade (Decorre de casamento e união estável)
    - Limita-se aos ascendentes, descendentes e irmãos do cônjuge/companheiro.
    - Na linha reta, não se extingue com o fim do casamento/união.
  - Civil (Outra origem.)  
Ex.: adoção
- Adoção: atribui a **condição de filho** ao adotado, **desligando-o** de qualquer vínculo com pais e parentes (Salvo os impedimentos matrimoniais)
  - Precedida de estágio de convivência (Acompanhada por equipe interprofissional)

## LINHA RETA E COLATERAL

- Parentes em **linha reta**: relacionados por ascendência ou descendência.
- Parentes em **linha colateral** ou **transversal**: pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderemumas das outras, até o 4º grau.
  - Para a contagem: sobe-se até o ascendente comum + desce até o parente.



## Reconhecimento judicial de paternidade

- Por **ação de investigação** de paternidade/maternidade (coage o réu a reconhecer o filho como seu).
  - Mas pode ser continuada por herdeiros do filho
- Tem caráter **pessoal**
- Pode ser contestada por **qualquer pessoa** com justo interesse.

## FILIAÇÃO

- = Relação entre pais e filhos.
- Têm os mesmos direitos e qualificações filhos:
  - Havidos ou não no casamento
  - Por adoção
- **Presumem-se** concebidos no casamento:
  - Nascidos **≥ 180 dias** após o casamento ou **300 dias** após a dissolução do casamento.
  - Havidos por fecundação artificial homóloga.
  - Havidos a qualquer tempo, por embriões excedentários de concepção artificial homóloga.
  - Havidos por inseminação artificial heteróloga com autorização do marido.

É **imprescritível** o direito do marido de **contestar a paternidade** dos filhos nascidos de sua mulher

- **Não** basta a confissão materna para excluir a paternidade.

## RECONHECIMENTO DE FILHOS

- Filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais (**Conjunta ou separadamente**)
- Tipos:
  - Voluntária (ou perfiliação)
  - Judicial
- **Não** pode ser **revogado**.
- É **incondicional**  
(Qualquer condição ou termo será ineficaz)

## IMPEDIMENTOS PARA O CASAMENTO

- Não podem casar:
  1. Ascendentes com descendentes (Naturais ou civis)
  2. Afins em linha reta
  3. Adotante com ex-cônjuge do adotado ou adotado com ex-cônjuge do adotante
  4. Adotado com filho do adotante
  5. Irmãos e demais colaterais até 3º grau
  6. Pessoas casadas
  7. Cônjugue sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio do consorte.
- Podem ser opostos por qualquer pessoa capaz, até a celebração.  
Se o juiz/oficial de justiça tiver conhecimento de algum impedimento, é obrigado a declará-lo.

## INVALIDADES DO CASAMENTO

- Espécies:
  - Inexistente: não tem os requisitos essenciais (A inexistência pode ser reconhecida a qualquer tempo)
  - Nulo: casamento contraído por infringência dos impedimentos ( Mediante ação direta por qualquer interessado ou pelo MP )
  - Anulável: casamento:
    1. De quem não completou a idade mínima
    2. De menor de idade sem autorização de seu representante legal

## CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO

INDIVÍDUO	SITUAÇÃO
Viúvo(a) com filho do cônjuge falecido	Enquanto não fizer inventário + partilha
Viúva ou mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou anulável	Até 10 meses após a viuvez/dissolução
Divorciado	Enquanto não homologada ou decidida a partilha
Tutor/curador com o (E seus ascendentes, descendentes, irmãos, cunhados e sobrinhos tutelado/curatelado)	Enquanto não cessada a tutela/curatela e não saldadas as contas

## DIREITOS de família = CASAMENTO =

- 4. Do incapaz de consentir
- 5. Realizado por mandatário sem que ele ou o outro soubesse da revogação do mandato (E não sobrevindo coabitão dos cônjuges)
- 6. Por incompetência da autoridade celebrante

### "Casamento putativo"

Embora nulo ou anulável, foi contraído de boa-fé. (Erro de fato ou de direito)  
Produz efeitos até o dia da sentença anulatória

# DIREITOS DE FAMÍLIA



## REGIMES DE BENS

- = Espécies: conjunto de **regras** de ordem privada relacionadas aos interesses **patrimoniais** ou **econômicos** resultantes da entidade familiar.
- Princípios:
  - Autonomia privada  
(Os nubentes podem, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto a seus bens, o que lhes aprouver)
  - Indivisibilidade do regime de bens  
(O regime aplica-se a ambos os cônjuges)
  - Variedade de regime de bens  
(Deve haver várias possibilidades)
  - Mutabilidade justificada  
(É admissível a alteração do regime de bens mediante autorização judicial)
- Não se definindo o regime, ou sendo a convenção nula ou ineficaz, vigorará o regime de **comunhão parcial** de bens. (Mapa ulterior)

### Pacto antenupcial

- É **nulo**: se **não** por escritura **pública**  
(Suas disposições não têm efeito ante terceiros senão depois de registradas)
- É **ineficaz**: se **não** lhe seguir o casamento
- É **nula** a convenção/cláusula que **contravenha** disposição absoluta de **lei**

## COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

- = Comunicam-se todos os bens **presentes** e **futuros** dos cônjuges + **dívidas** passivas. (Salvo exceções do CC.)
- **Excluem-se** da comunhão:
  - Obrigações provenientes de atos ilícitos (Salvo reversão em proveito do casal)
  - Bens de uso pessoal + livros + instrumentos profissionais
  - Proventos do trabalho pessoal
  - Pensões, meio-soldos, montepios
  - Bens doados/herdados com cláusula de incomunicabilidade
  - Bens gravados de fideicomisso
  - Dívidas anteriores ao casamento
  - Doações antenupciais de um cônjuge ao outro com cláusula de incomunicabilidade.

## PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

- Durante o casamento = separação convencional de bens.
- Dissolução = cada cônjuge tem direito à **participação** nos bens para os quais colaborou para a aquisição.
- Aquestos = bens adquiridos **individualmente** pelos cônjuges **não** relacionados a doações, herança ou legado.

# DIREITOS de família



## SEPARAÇÃO DE BENS

- Os bens permanecem sob a **administração exclusiva** de cada um dos cônjuges.
- ➔ Podem livremente alienar seus bens ou gravá-los com ônus reais
- **Obrigatório** no casamento:
  - De quem se casar sem observar suas **causas suspensivas**
  - De pessoa > **70 anos**
  - De todos que dependerem de **suprimento judicial** para casar.

# DIREITOS DE FAMÍLIA

## = COMUNHÃO PARCIAL DE BENS =

### ASPECTOS GERAIS

- Comunicam-se os bens que **sobrevierem** ao casal, na constância do casamento. (Salvo exceções do CC)
- **Presumem-se** adquiridos na constância do casamento os bens **móveis**. (Quando não se provar que o foram em data anterior)
- A **administração** do patrimônio comum compete a **qualquer** dos cônjuges.
- É sempre **indispensável** a **autorização** do cônjuge (ou seu suprimento judicial) para atos de disposição sobre bens **imóveis**.

### DÍVIDAS CONTRAÍDAS

- Por qualquer dos **cônjuges** na administração dos bens:
  - Particulares e em benefício destes → **não** obrigam os bens comuns
  - Comuns → obrigam os bens comuns
    - + particulares do que os administra
    - + particulares do outro na razão do proveito que houver auferido.

Os bens comuns **respondem** por obrigações contraídas por qualquer dos cônjuges para atender a:

- Encargos da família
- Despesas da administração
- Despesas decorrentes de imposição legal

### EXCLUEM-SE DA COMUNHÃO

- Obrigações provenientes de atos ilícitos (Salvo reversão em proveito do casal)
- Bens de uso pessoal + livros + instrumentos profissionais
- Proventos do trabalho pessoal
- Pensões, meio-soldos, montepios
- Obrigações anteriores ao casamento
- Os bens que cada cônjuge possuir ao casar + os que lhes sobrevierem na constância do casamento por sucessão/doação.
- Os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares

### ENTRAM NA COMUNHÃO

- Bens adquiridos na constância do casamento por título **oneroso** (Ainda que em nome de um só dos cônjuges)
- Bens adquiridos por **fato eventual** (Com ou sem concurso de trabalho ou despesa anterior)
- Bens adquiridos por doação/herança/legado em favor de ambos
- Benfeitorias em bens particulares
- Frutos dos bens comuns + particulares de cada cônjuge percebidos na constância do casamento ou pendentes quando cessar a comunhão.

## ASPECTOS GERAIS

- Prestações devidas para a satisfação das **necessidades pessoais** de indivíduos que **não** podem consegui-las por seu esforço.
- Devem atender as **necessidades vitais** da pessoa para manutenção de sua **dignidade**.



- Parentes + cônjuges/companheiros **podem** **pedir** uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com sua condição social, inclusive para sua educação.

## CARACTERÍSTICAS

- Personalíssima quanto ao credor
  - Irrenunciável
  - Recíproca (Pais ↔ filhos)
  - Divisível (Entre os obrigados a prestar alimentos)
  - Imprescritível (Mas a cobrança prescreve em 2 anos do vencimento)
  - Incessível
  - Inalienável
  - Incompensável
  - Impenhorável
  - Não pode ser objeto de transação, compromisso ou arbitragem
- A transmissibilidade da obrigação → a)

## DIREITOS de família = ALIMENTOS =

## CLASSIFICAÇÕES

- Quanto às **fontes**:
  - Legais (Só essas permitem a prisão civil do devedor)
  - Convencionais
  - Indenizatórios ou resarcitórios (Pela prática de atos ilícitos)
- Quanto à **extensão**:
  - Civis ou côngruos (É a regra. Visa a manter a pessoa como era mantida)
  - Indispensáveis ou naturais
- Quanto ao **tempo**:
  - Pretéritos
  - Presentes
  - Futuros

Forma fixada pelo juiz
- Quanto à **forma de pagamento**:
  - Próprios ou *in natura* (Hospedagem e sustento)
  - Impróprios (Pagamento de pensão)
- Quanto à **finalidade**:
  - Definitivos ou regulares
  - Provisórios (Fixados antes da sentença em ação de alimentos)
  - Transitórios (Fixados por um período determinado de tempo)

A obrigação é **extinta** com:

- Morte do credor
- Casamento, união estável ou concubinato do credor
- Procedimento indigno do credor em relação ao devedor

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

Cabe a obrigação aos **ascendentes**

↓ Na falta

Aos **descendentes** (Guardada a ordem de suspensão)

↓ Na falta

Aos **irmãos**

# **DIREITOS de família**

= UNIÃO ESTÁVEL =

## ASPECTOS GERAIS

- A CF/88 reconhece a união estável como entidade familiar + ordena que a lei deve facilitar sua conversão em casamento.
- Conversão em casamento:  
Pedido dos companheiros ao juiz  
+ assento no Registro Civil

As relações homoafetivas aplicam-se as mesmas regras da união estável.

- Não confunda com concubinato (É sociedade de fato)  
→ Relações não eventuais entre homem e mulher impedidos de casar.

## REQUISITOS

- Convivência { pública  
contínua  
duradoura } + Com o objetivo de constituir família
- Não há exigência de:
  - Prazo mínimo
  - Que residam no mesmo domicílio
  - Que haja filhos em comum

## PECULIARIDADES

- Os casos de suspensão do casamento não se aplicam à união estável.  
→ Mas os impedimentos matrimoniais se aplicam.
- As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de:
  - Lealdade
  - Respeito
  - Assistência
  - Guarda
  - Sustento
  - Educação} dos filhos
- Aplicam-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime de comunhão parcial de bens. (Salvo contrato escrito)

## ASPECTOS GERAIS

- = Poder exercido pelos pais em relação aos filhos (Enquanto menores)

↳ Dentro da ideia de:

- Família democrática
- Regime de colaboração familiar
- Relações baseadas no afeto.

• Envolve:

- Consentimento para:
  - Viagens ao exterior
  - Casamento
  - Mudança de residência para outro município
- Usufruto e administração de seus bens.

## EXERCÍCIO

- Durante o casamento/união estável, compete o poder familiar aos pais
- ↳ Na falta/impedimento de um deles, o outro exerce com exclusividade.
- Se houver divergências → podem recorrer ao juiz.
- Separação judicial
- Divórcio
- Dissolução da união estável
- O filho não reconhecido pelo pai fica

**Não** alteram as relações entre pais e filhos

Se ela não for conhecida ou capaz, dar-se-á tutor ao menor.)

## SUSPENSÃO

- Suspende-se o exercício do poder familiar:
  - Pai ou mãe **condenados** por sentença irrecorrível, por crime cuja pena excede **2 anos** de prisão.
  - Pai ou mãe que **abusar** de sua **autoridade**. (Faltando com seus deveres ou arruinando os bens dos filhos)

## DIREITOS DE FAMÍLIA = PODER FAMILIAR =

## EXTINÇÃO

- Extingue-se o poder familiar pelo(a):
  - Morte dos pais ou do filho
  - Emancipação
  - Adoção
  - Maioridade
  - Decisão judicial
- Perderá o poder familiar o pai/mãe que:
  - Castigar imoderadamente o filho
  - Deixar o filho em abandono
  - Praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.
  - Incidir reiteradamente nas faltas previstas no C.C. (Abuso de autoridade)

# DIREITOS DE FAMÍLIA

## TUTELA



- **Hipóteses:**
  - Falecimento dos pais
  - Pais julgados ausentes
  - Pais decaídos do poder familiar  
(Se algum deles o recuperar, cessa a tutela)
- Irmãos órfãos → único tutor
- **Espécies:**
  - Testamentária (Determinada por ambos os pais)
  - Legítima (Na falta de tutor nomeado pelos pais)
    - Parentes consanguíneos (Ascendentes: colaterais até o 3º grau)
    - Tem caráter subsidiário
  - Dativa (Pessoa estranha à família nomeada pelo juiz)
- A tutela **cessa** para o menor:
  - Maioridade ou antecipação
  - Reconhecimento ou adoção (Poder familiar)
- Cessam as funções do tutor ao:
  - Expirar o termo
  - Sobrevir escusa legítima
  - Ser removido → Será destituído se negligente, prevaricador ou incurso em incapacidade

## CURATELA



- **Tipos:**
  - **Ordinária:**
    - Quem não puder exprimir sua vontade
    - Ébrios habituais + viciados em tóxico
    - Pródigos (Quanto a atos que não sejam de mera administração)
  - **Especial:** ao **nascituro**, se o pai falecer estando grávida a **mulher** e não tendo esta o poder familiar.
    - Se a mulher estiver interditada, seu curador será o do nascituro
- **Espécies:**
  - **Legítima** (Cônjugue ou companheiro → Pai ou mãe → Descendente)
    - Se o casamento for comum, não é obrigatória a prestação de contas
  - **Dativa** (Pessoa estranha à família nomeada pelo juiz)
- Aplicam-se à **curatela** as disposições relativas à **tutela**, no que couber.

De ambos!

**Finalidade:** representação legal + administração de bens de uma pessoa por outra, em virtude da incapacidade da primeira de gerir sua vida e seus interesses.

## ASPECTOS GERAIS

- = Transmissão do patrimônio de uma pessoa que faleceu (autor da herança) para seus sucessores.
- A lei vigente ao tempo da **abertura da sucessão** regula:
  - A sucessão
  - A legitimação para suceder
- A sucessão abre-se no **lugar** do **último domicílio** do falecido.
- A herança é um **todo unitário**, ainda que vários sejam os herdeiros.
- Até a partilha, o direito dos coerdeiros é **indivisível** e regula-se pelas normas do condomínio.

## TIPOS

- = Sucessão **legítima**:
  - Decorre da lei.
  - No caso de a pessoa não ter deixado testamento.
  - **Salvo justa causa** declarada em testamento, **não** pode o testador estabelecer cláusula de
 

inalienabilidade	sobre os bens
incomunicabilidade	da <b>legítima</b>
impenhorabilidade	
- Sucessão **testamentária**:
  - Decorre de testamento ou disposição de

# DIREITO DAS SUCESSÕES

## HERDEIROS NECESSÁRIOS

- São eles:
  - Descendentes (Sem restrição de limite)
  - Ascendentes (Sem restrição de limite)
  - Cônjugue
- A eles pertence, de pleno direito, a **metade dos bens** da herança  
= legítima

Havendo **herdeiros necessários**, o testador só pode dispor da **metade** da herança.

→ Não havendo herdeiros necessários, ele tem ampla/irrestrita liberdade.

## HERDEIROS COLATERAIS

- São os herdeiros **facultativos**  
↳ Irmãos, tios, primos...
- Somente herdarão se:
  - **Inexistirem** herdeiros necessários ou
  - Estes **renunciarem à herança** ou
  - Forem dela **excluídos** por deserdação ou indignidade
- Para **excluí-los** da sucessão, basta que o testador não os contemple.

# DIREITO DAS sucessões

## ACEITAÇÃO DA HERANÇA

- Aceita a herança, **torna-se definitiva** a sua transmissão ao herdeiro, desde a **abertura** da sucessão.
- Pode ser:
  - Expressa: por declaração **escrita**.
  - Táctica: resulta de atos próprios da qualidade de **herdeiro**.
- **Não** importa aceitação:
  - Atos oficiosos (Ex.: funeral)
  - Atos meramente conservatórios
  - Atos de administração/guarda provisória
  - Cessão gratuita, pura e simples, da herança aos demais coerdeiros.
- **Falecendo o herdeiro** antes de declarar se aceita a herança, o **poder de aceitá-la** passa aos herdeiros.

## RENÚNCIA DA HERANÇA

- Se o herdeiro renuncia à herança, a transmissão tem-se por **não verificada**.
- Deve constar **expressamente** de:
  - Instrumento público
  - Termo judicial
- Ninguém pode suceder representando **herdeiro renunciante**.
  - Se ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem à herança, poderão os filhos vir à sucessão
    - por direito próprio e
    - por cabeça

- São **irrevogáveis** os atos de aceitação ou renúncia
- Não se pode aceitar ou renunciar à herança
  - em parte
  - sob condição ou a termo

# DIREITO DAS SUCESSÕES

= SUCESSÃO LEGÍTIMA =



## ORDEM

1. Descendentes + cônjuge sobrevivente
    - Os em grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo direito de representação.
    - Quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça.  
•  $\geq \frac{1}{4}$  da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorre.
  2. Ascendentes + cônjuge sobrevivente
    - Os em grau mais próximo excluem os mais remotos.
  3. Cônjuge sobrevivente
  4. Colaterais
- \* Salvo se:
- Comunhão universal ou
  - Separação obrigatória de bens ou
  - Comunhão parcial e o autor da herança não houver deixado bens particulares.

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Os filhos terão os mesmos direitos à quota sucessória, independentemente de:
  - { serem ou não do casamento ou
  - { serem adotados
- Sucederão o *de cuius por cabeça*  
(A herança será dividida) em partes iguais
- Demais descendentes podem suceder:
  - Por cabeça ou
  - Por estirpe (Quando concorrem descendentes de graus diferentes)

### COMPANHEIRO

Terá sempre **1/3** da herança

### CÔNJUGE

Terá **1/3** da herança se concorrer com ascendente de **1º** grau (pais) ou **metade**, se houver um só ascendente ou se maior for seu grau.

Não havendo ascendentes/descendentes, toda a herança caberá ao cônjuge sobrevivente

- Se **não houver** cônjuge/companheiro sobrevivente, serão chamados a suceder os **colaterais** até o **4º** grau.
- Irmãos **bilaterais** do falecido têm direito ao **dobro** do que cabe aos irmãos **unilaterais**.
- Na falta de **irmãos**, herdarão os **filhos** destes, e não havendo, os **tios**.

# DIREITO DAS SUCESSÕES

## DESERDAÇÃO

- O testador, por **ato unilateral**, exclui da sucessão herdeiro **necessário**.  

 Somente com expressa declaração da causa.
- Autorizam** a deserdação:
  - Dos **descendentes** por seus **ascendentes**:
    - Ofensa física
    - Injúria grave
    - Relações ilícitas com madrasta/padrasto
    - Desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.
  - Dos **ascendentes** por seus **descendentes**:
    - Ofensa física
    - Injúria grave
    - Relações ilícitas com mulher/marido/companheiro do filho/neto
    - Desamparo do filho/neto com deficiência mental ou grave enfermidade.

## EXCLUSÃO DA SUCESSÃO

- São excluídos** da sucessão os herdeiros ou legatários:
  - Autores/coautores/partícipes de **homicídio** doloso ou tentativa contra pessoa de cuja sucessão se tratar + seu cônjuge + ascendentes e descendentes
  - Que acusarem **caluniosamente** ou praticarem crime **contra a honra** do autor da herança + seu cônjuge.
  - Que, por violência/meios fraudulentos, **inibirem** o autor da herança a dispor livremente de seus bens.
  - É declarada por **sentença**.
  - Tem **efeitos pessoais**.
  - Direito de demandar a exclusão extingue-se em **4 anos**. (Contados da abertura da sucessão)

# DIREITO DAS SUCESSÕES

= DIREITO DE  
REPRESENTAÇÃO =



## ASPECTOS GERAIS

- Quando a lei chama certos **parentes** do falecido **a suceder** em todos os direitos, em que ele sucederia, **se vivo fosse**.
- Os representantes só podem herdar, como tais, **o que herdaria o representado se vivo fosse**. O quinhão do representado →



## REGRAS IMPORTANTES

- Dá-se na **linha reta descendente**, nunca na ascendente.
- Na **linha transversal**, dá-se somente em favor dos **filhos de irmãos do falecido**, quando com irmãos deste concorrerem.
- O **renunciante** à herança de uma pessoa **poderá** representá-la na sucessão de outra.

## RESSALVAS RELACIONADAS

- Na sucessão legítima:
  - Entre os **descendentes**, os em grau mais próximo excluem os mais remotos, **salvo direito de representação**.
  - Na classe dos **colaterais**, os em grau mais próximo excluem os mais remotos, **salvo direito de representação** concedido aos filhos de irmãos.

## ASPECTOS GERAIS

- O testamento é **ato personalíssimo**.  
Pode ser modificado a qualquer tempo
- Extingue-se em **5 anos** o direito de impugnar a validade do testamento.  
(Contados da data de seu registro)

## CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA

- **Ativa:** qualquer pessoa que não seja incapaz e que esteja em posse de suas capacidades mentais  
Deve ser > 16 anos.
- **Passiva:** qualquer pessoa física ou jurídica.

## DIREITO DAS SUCESIONES = SUCESSÃO = TESTAMENTÁRIA

### TIPOS DE TESTAMENTO (Ordinários)

#### PÚBLICO

- = Elaborado por tabelião em seu livro de notas. (Conforme declarações do testador)

#### CERRADO

- = Elaborado pelo testador (Ou outro a seu mando)  
Observadas as formalidades do art. 1868
- Quando o testador falecer, o **juiz** abrirá o testamento, registrará e ordenará que seja cumprido.

#### PARTICULAR

- = Elaborado pelo testador, a próprio punho ou por meios eletrônicos.
- Quando o testador falecer, seu testamento será publicado em juízo.

### CODÍCILo

- = Ato de última vontade através do qual se dispõe sobre:
    - Seu enterro
    - Esmolas de **pouca monta** a determinadas pessoas ou indeterminadamente aos pobres de certo lugar
  - + legado de:
    - Móveis
    - Roupas
    - Joias
- } De pouco valor e de seu uso pessoal

# DIREITO DAS SUCESSÕES

## LEGADO

- Recai sobre **coisa certa e determinada**
- Disposição testamentária **a título singular**.
- Legatário:
  - Pessoa **pertencente ou não à sucessão legítima**.
  - Pode **renunciar** de forma expressa ou tácita.
- **Objeto** pode ser coisa corpórea ou incorpórea, alimentos, renda, pensão periódica...
- O legado pode **caducar** (art. 1.939).
- Se o legado for de **duas ou mais coisas** alternativamente:
  - Se algumas delas **perecerem**, subsistirá quanto às restantes.
  - Perecendo **parte de uma**, valerá quanto a seu remanescente.

## HERANÇA

- Tudo aquilo que pode ser considerado como **patrimônio da pessoa**.
  - Bens, dívidas, créditos, débitos, etc.
- Transmite-se **desde logo**, com a abertura da sucessão, aos herdeiros
  - **legítimos e testamentários**

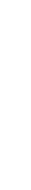
# DIREITO DAS SUCESSÕES

= SUCESSÃO =  
TESTAMENTÁRIA



## REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO

- Um testamento só pode ser revogado por **outro testamento**, ainda que de outra espécie.
- Ato consciente do testado para tornar **ineficaz** o testamento feito anteriormente.
- **Não** existe **repristinação** testamentária.
- Pode ser:
  - Total ou parcial
  - Expressa ou tácitaIncompatibilidades ↘



## ROMPIMENTO DO TESTAMENTO

- Rompe-se o testamento:
  - **Sobrevindo descendente** sucessível ao testador que não tinha ou não o conhecia quando testou (**Se esse descendente sobreviver ao testador**)
  - Na ignorância de existirem outros herdeiros **necessários**.
- **Não** se rompe o testamento se o testador dispuser de sua metade, **não contemplando** os herdeiros necessários de cuja existência **saiba**, ou quando os **exclua** dessa parte.